



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

DANIELLE AMARAL DOS SANTOS

**MULHERES E TRABALHO INFORMAL:
REFLEXÕES A PARTIR DA REALIDADE BRASILEIRA**

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2020

DANIELLE AMARAL DOS SANTOS

MULHERES E TRABALHO INFORMAL:
REFLEXÕES A PARTIR DA REALIDADE BRASILEIRA

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Câmpus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof. Me. Raí Vieira Soares.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S237m Santos, Danielle Amaral dos.
Mulheres e trabalho informal:: reflexões a partir da realidade
brasileira . / Danielle Amaral dos Santos. – Miracema, TO, 2020.
80 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2020.
Orientador: Raí Vieira Soares

1. Mulheres. 2. Trabalho informal. 3. Realidade brasileira. 4.
Patriarcado. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica
da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

DANIELLE AMARAL DOS SANTOS

**MULHERES E TRABALHO INFORMAL:
REFLEXÕES A PARTIR DA REALIDADE BRASILEIRA**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT
– Universidade Federal do Tocantins –
Campus Universitário de Miracema para
obtenção do título de Bacharela em Serviço
Social e aprovada em sua forma final pelo
orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Me. Raí Vieira Soares

Data de aprovação: 22/06/2020.

Banca examinadora:

Raí Vieira Soares

Prof. Me. Raí Vieira Soares - Orientador – UFT

Larissa Souza Pinheiro

Prof.ª Me. Larissa Souza Pinheiro - UFRN

Naiara Cardoso dos Santos Mascarenhas

Prof.ª Esp. Naiara Cardoso dos Santos Mascarenhas - UFT

Dedico esse trabalho à minha avó materna Maria Aparecida, à minha mãe Maria Aparecida e a meu pai, João Soares.

AGRADECIMENTOS

É com imenso prazer e gratidão no meu coração que, através deste espaço, agradeço primeiramente a Deus, criador do céu e da terra, pela oportunidade de concluir mais essa etapa da minha vida.

Agradeço também aos meus pais Maria Aparecida Amaral e João Soares que sempre me incentivaram a estudar e concluir esta graduação, especificamente à minha mãe Maria Aparecida Amaral e minha avó linda Maria Aparecida Berigo, que me proporcionaram todo amparo durante esses quatro anos e meio de curso. E a todos os meus familiares, irmãos, primas e tias que também me ajudaram nessa jornada, cada um de sua forma. Agradeço as minhas amigas de infância, que estão comigo desde o ensino fundamental até à graduação.

Aos meus professores, que não me deixaram desistir antes de conhecer o que era realmente o curso de Serviço Social, uma profissão que, ao passar dos períodos na universidade, tomou meu coração, e hoje tenho imenso orgulho em me transformar em uma Assistente Social.

A todo o corpo docente e técnico da Universidade Federal do Tocantins do Campus Universitário de Miracema, e a cada servidor com seu trabalho e paciência de trabalhar em prol da formação de cada novo profissional.

Aos meus colegas de turma, a união da sala para que todos se saíssem bem em seus trabalhos e provas. Agradeço especificamente a dois amigos que eu fiz nessa graduação, Milena Barbosa e Willy Cardoso, duas pessoas que me ajudaram imensamente. Obrigada por existirem. Amo vocês.

Agradeço ao meu orientador, que me deu todo o amparo e orientações necessárias para que este trabalho se materializasse. Obrigada, Raí Vieira, você é fera.

Por fim, agradeço imensamente a minha banca examinadora pelas contribuições valiosas para esse trabalho.

*Superar é preciso
seguir em frente é essencial
olhar para trás é perda de tempo
Passado se fosse bom era presente.*

Texto atribuído à Clarice Lispector

RESUMO

Este trabalho procurou refletir sobre a categoria mulher e o trabalho informal, a partir da realidade brasileira. Deste modo, estabelecemos como objetivo geral da pesquisa investigar o trabalho informal de mulheres no Brasil contemporâneo no contexto de crise do capital e mudanças no mundo do trabalho, a partir de pesquisas bibliográficas e documentais. A pesquisa documental empregada teve por foco o levantamento de dados da realidade do trabalho informal na conjuntura brasileira, para confirmarmos que o número de mulheres que estão inseridas na informalidade é relativamente alto, e que elas estão sendo submetidas a inúmeros processos de precarização, exploração e condições de trabalhos desiguais. Os objetivos específicos para construção deste trabalho consistem em discutir a categoria gênero e suas articulações com a luta das mulheres; analisar as desigualdades de gênero expressas no mundo do trabalho na realidade brasileira; e refletir sobre as condições de trabalho das mulheres inseridas na informalidade. No primeiro capítulo, realizou-se um apanhado histórico das lutas das mulheres na sociedade relacionando e articulando com o gênero, raça e classe, e os seus contextos de lutas incessantes contra o patriarcado e o capitalismo. No segundo capítulo, refletiu-se sobre as crises do capitalismo e a sua participação na divisão sexual do trabalho, e a formação socioeconômica do país, que se sustenta na superexploração da força de trabalho. No mundo do trabalho, o avanço do neoliberalismo e o desmonte da proteção social foram fatores que colaboraram para o crescimento do trabalho informal. Essa divisão sexual do trabalho afeta as mulheres majoritariamente, fazendo assim as mesmas serem maioria no trabalho informal, sem direitos e garantias trabalhistas.

Palavras-chave: Mulheres; trabalho informal; realidade brasileira.

ABSTRACT

This work tried to discuss the category women and informal work from the Brazilian reality. In this way, we established as a general objective of the research to investigate the informal work of women in contemporary Brazil, in the context of the capital crisis and changes in the world of work, based on bibliographic and documentary research. The documentary research focused on gathering data on the reality of informal work in the Brazilian context, to confirm that the number of women who are inserted in informality is relatively high, and they have been subjected to numerous processes of precariousness, exploitation and uneven working conditions. The specific objectives for the construction of this work are to discuss the gender category and its articulations with the struggle of women; to analyze the gender inequalities expressed in the world of work in the Brazilian reality; and to discuss the working conditions of women working in the informal sector. In the first chapter, a historical overview of women's struggles in society was provided, related to gender, race and class, and their contexts of incessant struggles against patriarchy and capitalism. In the second chapter, we reflected on the crises of capitalism and its participation in the sexual division of labor, and the socioeconomic formation of the country, which is based on the overexploitation of the labor force. In the world of work, the advancement of neoliberalism and the dismantling of social protection were factors that contributed to the growth of informal work. This sexual division of labor affects women mainly, thus making them the majority in informal work, without rights and labor guarantees.

Keywords: Women; informal work; Brazilian reality.

LISTA DE SIGLAS

CF	CONSTITUIÇÃO FEDERAL
DIEESE	DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
EUA	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
MMM	MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES
OIT	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
ONG's	ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS
PBQP	PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE
PNAD	PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO
SEBRAE	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A CATEGORIA GÊNERO EM DEBATE.....	16
2.1 Contextualização histórica das perspectivas teóricas sobre gênero.....	16
2.2 Gênero, classe e “raça”: uma articulação necessária	29
3 CRISE DO CAPITAL E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: AS MULHERES NA INFORMALIDADE	38
3.1 Crise do capital, reestruturação produtiva e divisão sexual do trabalho	38
3.2 Mundo do trabalho, racismo e patriarcado na particularidade da formação socioeconômica do Brasil	52
3.3 Trabalho informal de mulheres no Brasil contemporâneo	58
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS.....	75

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta a temática da inserção das mulheres no trabalho informal no contexto das transformações contemporâneas. A partir dessa temática, definimos como questão norteadora central quais são os desafios das mulheres inseridas no trabalho informal na realidade brasileira diante do cenário de crise do capital.

Nesse sentido, o trabalho que se segue tem como objetivo geral investigar o trabalho informal de mulheres no Brasil contemporâneo no contexto de crise do capital e mudanças no mundo do trabalho a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Essa temática foi instigada após cursar uma disciplina optativa intitulada “*Trabalho, gênero e Serviço Social*”, ministrada pela professora e mestre Débora Bolzan, a qual teve como objetivo principal o debate da temática de gênero articulado com trabalho, as lutas das mulheres e interface com o debate profissional do Serviço Social.

Dessa forma, neste trabalho delimitamos como objetivos específicos norteadores: discutir a categoria gênero e suas articulações com a luta das mulheres; analisar as desigualdades de gênero expressas no mundo do trabalho na realidade brasileira; e refletir sobre as condições de trabalho das mulheres inseridas na informalidade.

Contudo, é importante ressaltar os fatores que historicamente levam as mulheres serem a maioria no trabalho informal. Assim, é necessário fazer um apanhado histórico da categoria do trabalho e das lutas das mulheres para um destaque na esfera do trabalho, buscando compreender as relações e desigualdades de gênero. O presente trabalho se torna importante pois tenta compreender como as mulheres são inseridas no trabalho informal e se elas sofrem preconceitos relacionados ao gênero, assim como refletir sobre os desafios das mesmas no mundo do trabalho.

Com isso, a luta pela a igualdade social é urgente, quando se analisa a inserção das mulheres no trabalho informal, a precarização das condições de trabalho baseada nas formas e condições contemporâneas de organização do trabalho, desmonte de direitos que atingem diretamente a esfera de trabalho e conseqüentemente a classe trabalhadora. Nesse cenário, as relações de gênero devem ser consideradas, pois ainda ocorre uma subordinação da mulher ao homem

na atualidade, necessitando de uma análise crítica que será abordada neste trabalho.

Essa temática articula vários eixos, faz um estudo das trajetórias das mulheres, desde as suas primeiras reivindicações até os dias de hoje. A partir de uma perspectiva teórico-crítica, indicamos um debate de gênero articulado com “raça” e classe, relacionando com a discussão sobre crise do capital e transformações no mundo do trabalho e suas particularidades no Brasil contemporâneo. Ressaltamos a importância de pesquisas para analisar em que patamar as mulheres estão quando se fala do mundo do trabalho e suas desigualdades expressas nas relações de classe e “raça”.

Diante do exposto, a metodologia torna-se um norte para o pesquisador, pois as técnicas usadas podem trazer o máximo de proximidade sobre a realidade. Segundo Minayo (2001) “[...] a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a ela [...]”, ou seja, teorias e metodologias caminham juntas. Conseqüentemente, para obter uma boa pesquisa, o pesquisador necessita adotar métodos que objetivem explicar fenômenos e processos. Este trabalho é decorrente de um projeto de pesquisa considerando que:

[...] para elaborar o projeto o pesquisador precisa ter bem claro o seu objeto de pesquisa, como ele se coloca, como ele está problematizado, quais as hipóteses que está levantando para resolver o problema, com que elementos teóricos pode contar, de quais recursos instrumentais dispõe para levar adiante a pesquisa e quais etapas pretende percorrer. [...] (SEVERINO, 2008; p. 129).

O mapeamento da análise do trabalho é necessário pois ela se condiz com a presente proposta investigativa de abordagem da realidade, englobando uma instância coletiva de reflexão que discute a condição das mulheres perante a sociedade, em particular no trabalho informal. Partimos do pressuposto de que as mulheres ainda são alvo de preconceitos, alicerçados no patriarcado e racismo da sociedade capitalista que particularizam a realidade brasileira.

Considerando tal pressuposto, o trabalho possui uma natureza qualitativa. Segundo Minayo (2001), esse tipo de pesquisa responde a questões muito peculiares, pois essa técnica trabalha com fenômenos das relações humanas que tangenciam a sociedade. A pesquisa engloba vários pensamentos ideológicos e apresenta um amplo foco de interesse no qual são obtidos dados descritos mediante contato.

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se o mundo dos significados das ações humanas, um lado não captável em equações, medias e estatísticas (MINAYO, 2001; p. 22).

Para responder à questão norteadora central, nos subsidiamos fundamentalmente na pesquisa bibliográfica, através da utilização de livros, artigos, legislações e cartilhas, com o objetivo de fazer uma discussão geral sobre as mulheres na sociedade, suas lutas pelos direitos e igualdade no mundo do trabalho e na vida social de forma geral.

A partir disso, apresentamos a estrutura do nosso trabalho. Na segunda seção é apresentada uma contextualização histórica das perspectivas teóricas sobre gênero, um apanhado em linhas gerais dos debates sobre gênero, as lutas das mulheres e o movimento feminista. Situamos alguns autores que contextualizam esse acontecimento e o desenvolvimento desse debate tão importante na vida das mulheres, em um contexto de luta e igualdade por direitos e pela queda do patriarcado e machismo.

No desenvolvimento da terceira seção, discute-se a crise do capital na contemporaneidade e a divisão sexual do trabalho com o intuito de apresentar os subsídios necessários para analisar a realidade das mulheres no trabalho informal. Para isso, discorreremos sobre a reestruturação produtiva e a divisão sexual do trabalho com o pressuposto de que mundo do trabalho se articula também as características do racismo e patriarcado como marcas das particularidades da formação socioeconômica do Brasil.

Quando se fala de trabalho e trabalho informal, partimos da concepção ontológica de trabalho como síntese ou união teórica e prática que se designa a uma operação humana de transformação da natureza para suprir necessidades humano-sociais. Albornoz (2002) afirma que a partir da década de 1980 houve várias transformações no mundo do trabalho, que desde então vem vivendo esse período e radicalização do trabalho e suas formas como fordismo¹ e taylorismo, que já não eram mais únicas.

¹ Taylorismo/Fordismo: Basicamente, a ideia fundamental no sistema taylorista/fordista, como nos referíamos a ele daqui e diante, é elevar a especialização das atividades de trabalho a um plano de limitação e simplificação tão externo que, a partir de um certo momento, o operário torna-se efetivamente um “apêndice da máquina”, repetindo movimento tão absolutamente iguais num curto espaço de tempo quanto possam ser executados por qualquer pessoa, sem menor experiência de trabalho e assunto (PINTO, 2013; p. 38).

Já se tornou lugar comum dizer que a classe trabalhadora vem sofrendo profundas mutações, tanto nos países centrais e, de forma mais profunda, na periferia do mundo, como no Brasil. Antunes (2015; p. 123) destaca que, nesses países, a classe trabalhadora vem sofrendo ainda mais com os processos de precarização e inserção em trabalhos parciais, precários e temporários.

As desigualdades sociais e as lutas por direitos entre homens e mulheres existem desde o período da Revolução Francesa², a batalha histórica pelo direito à liberdade perante a sociedade. Já as mulheres que se evidenciaram nos movimentos feministas se inserem no cenário dos movimentos sociais a partir da Revolução Industrial³. Nesse período, a figura da mulher aparece na esfera do trabalho assalariado, mesmo que elas já fizessem parte do mundo do trabalho, na efetivação do trabalho doméstico e trabalho escravo, não reconhecido pela sociedade em vista a essa nova inserção traz inquietações. As mulheres nessa esfera tentam quebrar o ranço machista e a imposição patriarcal imposta pelos homens e pela sociedade. Segundo Ramos (2016; p.16) “é preciso tomar ações mais drásticas para diminuir a prevalência masculina, uma vez que as iniciativas anteriores tiveram pouco impacto”. Conforme dito na Constituição Federal (CF) de 1988 do Brasil:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988).

Mas essa concepção de igualdade entre homens e mulheres prevista no marco legal da CF é resultado de uma trajetória histórica das lutas das mulheres ao longo do tempo e no mundo. As mulheres se inserem em novas vivências, nos movimentos feministas que incidem sobre a expansão das discussões sobre a

² A Revolução Francesa foi a única ecumênica. Seus exércitos partiram para revolucionar o mundo; suas idéias de fato o revolucionaram. A revolução americana foi um acontecimento crucial na história americana, mas (exceto nos países diretamente envolvidos nela ou por ela) deixou poucos traços relevantes em outras partes. A Revolução Francesa é um marco em todos os países. Suas repercussões, ao contrário daquelas da revolução americana, ocasionaram os levantes que levaram à libertação da América Latina depois de 1808. Sua influência direta se espalhou até Bengala, onde Ram Mohan Roy foi inspirado por ela a fundar o primeiro movimento de reforma hindu, predecessor do moderno nacionalismo indiano. (HOBBSAWM, 2003; p. 02)

³ A Revolução industrial foi um conjunto de mudanças que aconteceram na Europa nos séculos XVIII e XIX. A principal particularidade dessa revolução foi a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado e com o uso das máquinas.

igualdade de gênero, pois reconhecem a importância deste debate e de suas necessidades e a condição da mulher na sociedade. No modo de produção capitalista, as mulheres chefes de família são as mais atingidas pelo modelo econômico e cultural da sociedade, em que os salários e as condições de trabalho encontram-se precários.

A divisão sexual do trabalho é sempre indissociável das relações entre homens e mulheres, que são relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas e antagônicas [...] de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo construídas socialmente (HIRATA, 2002; p. 281).

Com essas implicações, certifica-se que a mulher está inserida no mercado de trabalho, mas sofre como mão de obra barata disponível nos espaços marcados pela informalidade. O mercado capitalista visa apenas os processos de acumulação e exploração da força de trabalho da mulher, pois a remuneração é inferior, trazendo a desvalorização do trabalho feminino. Com esses pressupostos iniciais, o trabalho se orienta. Não temos a pretensão de esgotar o tema, mas, sobretudo, de contribuir com as reflexões coletivas, que possam colaborar com a emancipação e lutas das mulheres.

2 A CATEGORIA GÊNERO EM DEBATE

Ao iniciarmos este trabalho, neste primeiro capítulo vamos discorrer sobre a contextualização histórica das perspectivas teóricas sobre gênero. Será realizado um estudo sobre a perspectiva de gênero e sobre a luta das mulheres na sociedade. Esses dois pontos se inter cruzam, pois será discutida a divisão sexual do trabalho na sociedade.

Sendo assim, a terminologia gênero e sexo estão interligadas, partindo do pressuposto que o gênero remetia ao papel da mulher na sociedade. Abre-se uma discussão que é historicamente importante movimentos sociais, em particular sobre feminismo em seus três principais eixos classe, raça e gênero.

2.1 Contextualização histórica das perspectivas teóricas sobre gênero

As opressões vividas pelas mulheres se apresentam a partir da predominância do homem sobre elas. Isso exigiu a luta das mulheres pela igualdade entre os sexos expressa nas bandeiras de luta pelo direito ao voto - o momento do sufrágio -, a luta pelo direito à educação e ao acesso ao trabalho e melhorias nas suas condições de vida, etc. Essas são algumas das pautas que compõem a luta das mulheres na sociedade.

O movimento feminista marca essa luta pelo direito de igualdade no acesso aos direitos e pela autonomia social e política através de uma participação social e política das mulheres. Historicamente, as relações estabelecidas entre os homens sobre as mulheres são caracterizadas pela autoridade e superioridade, fazendo com que as desigualdades sejam persistentes na realidade contemporânea.

Nas suas lutas, as mulheres buscam por segurança, igualdade e liberdade, buscam andar nas ruas sem medo de serem abusadas sexualmente, fazer parte de cargos de destaques em grandes empresas, ter autonomia de escolher a maternidade, não serem determinadas a ocuparem cargos “inferiores” em razão da cor da pele e não serem tratadas como meros objetos.

A busca pela ruptura da estrutura simbólica da sociedade que determinava como a mulher tinha que ser e comportar, quais papéis precisava assumir para então se encaixar nos “padrões” da sociedade, fez o movimento feminista surgir. Segundo Gurgel (2010), a história do feminismo procurou identificar

em suas estratégias e reivindicações, os elementos que unificam a luta das mulheres com um processo de transformação radical das relações sociais em sua totalidade.

Tudo indica que a luta das mulheres pela igualdade na sociedade iniciou-se na Revolução Francesa, quando as mulheres queriam ter posse de armas e fazer parte do alistamento militar, primeiramente escondidas, para acompanhar seus maridos e filhos e participar ativamente da luta. Iniciaram ali o ativismo feminino, por meio do qual as mulheres saíram de seus papéis de donas de casa e se deslocaram até ao Rei Luiz XVI para deixar suas necessidades e queixas vividas naquele momento. Parecia pouco, mais ali já era uma ação da revolução das mulheres (GURGEL, 2010).

A vontade das mulheres era tão grande que durante a Revolução Francesa elas tiveram uma pequena amostra da luta árdua que viria pela frente e um incentivo de que elas eram capazes de consolidar aquilo que tanto almejavam. Porém, o patriarcado existente e severamente imposto, faz com que haja um retrocesso nessa luta, proibindo seus meios de articulação. Segundo Riot-Sarcey (2002 *apud* GURGEL, 2010; p.01):

Todos os habitantes de um país devem e gozam de direitos de cidadãos passivos, todos têm direito a proteção de sua pessoa, de sua propriedade, de sua liberdade, etc., mas nem todos tem o direito a ser parte ativa da formação do poder público; nem todos são cidadãos ativos. As mulheres, [...] as crianças, os estrangeiros, aqueles que não contribuem em nada para o funcionamento público não devem, pois, influenciar na coisa pública. (RIOT-SARCEY, 2002 *apud* GURGEL, 2010; p.01)

Outro ponto que marcou a luta das mulheres na sociedade foram as suas reivindicações pelo direito ao amor livre e o divórcio. Um grande nome que fez com que a luta das mulheres não parasse ali foi a ativista Flora Tristan. Segundo Gurgel (2010), Flora Tristan foi a primeira socialista a escrever sobre a indissociabilidade da luta das mulheres com a luta de classe. A luta das mulheres diante da sociedade nunca foi tarefa fácil, o seu início consistia em uma fase ainda pior, marcada pela predominância machista e patriarcal da época.

O início da luta das mulheres foi marcado por reivindicações voltadas às mulheres brancas e burguesas. As mulheres negras e trabalhadoras não faziam parte desse contexto de luta. Outra ativista do movimento das mulheres, agora voltado para as mulheres negras e seu papel na sociedade, foi Ângela Davis, que

possui suas ações baseadas na centralidade do papel das mulheres negras na luta contra as explorações que se perpetuam no presente, numa perspectiva voltada à luta anticapitalista.

Buscando romper as assimetrias sociais e com as opressões que as mulheres negras viviam pós-escravidão, uma causa de questão racial, essas mulheres, agora “libertas”, continuavam a sofrer o preconceito da sociedade escravocrata que foi fundada no racismo. A sociedade naquela época assemelhava a pessoa negra como alvo de controle e dominação, sem quaisquer decisões sobre si e suas vidas. Então, era imposto pela a sociedade que a mulher era propriedade do homem, uma dominação que sobrecarregava ainda mais a mulher negra.

A sociedade se estruturava nas dominações masculinas e no patriarcado. A luta das mulheres, principalmente quando suas manifestações eram pelo acesso ao trabalho, era marcada pelo fato de que suas ideias eram refutadas pela sociedade. Conforme Gurgel (2010), na metade dos anos de 1800, as mulheres não se calaram diante da sociedade e queriam direitos iguais. Porém, autoridades locais boicotavam suas lideranças.

Em 1866, no Congresso da Internacional dos Trabalhadores, os delegados foram contrários ao trabalho feminino. Essa decisão provocou reação imediata das mulheres socialistas, que intensificaram as manifestações e as petições públicas e fundaram a primeira associação feminista, chamada de Liga das Mulheres em 1868 (GURGEL, 2010; p. 02), e a luta da classe socialista como eram chamadas continuou.

Além dessas ações as feministas proclamavam também a igualdade como condição de cidadania para todos. As francesas revolucionárias traziam, assim, pela primeira vez, para o Estado Moderno, a necessidade de se organizar a diferença de maneira igualitária, sendo necessária, portanto, uma relação política de igualdade. É neste processo de autodesignação que se expressa a diversidade de sujeitos que constituem a práxis histórica do feminismo a emancipação e luta sufragista A consolidação do capitalismo e a nascente industrialização provocaram um conjunto de alterações de ordem econômica, social e política que tiveram repercussões na vida das mulheres. No entanto, elas continuaram excluídas dos direitos civis e políticos (GURGEL, 2010; p.03).

Ao analisar a categoria gênero desde os primórdios, o seu significado relacionava-se apenas à esfera gramatical. Ao longo do tempo, o termo gênero foi associado ao traço de caráter ou traços sexuais - a diferença entre homem e mulher. Em meados do ano 1878, esse termo passou a ser utilizado pelas feministas da

época para discorrer sobre as diferenças entre os sexos, que estão socialmente ligadas à classificação e relação às categorias. A princípio, o termo gênero era relacionado isoladamente às mulheres pelo fato de ser o sexo oprimido (SCOTT, 1998).

Segundo Nathalie Davis (1975; p. 03), “[...] deveríamos nos interessar pela história dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar somente no sexo oprimido”. Sendo assim, a terminologia gênero e sexo estão interligadas integralmente, partindo do pressuposto de que o gênero remetia ao papel da mulher na sociedade.

Abre-se uma discussão que é historicamente importante, na qual se discorre sobre a dependência que está ligado, no discurso da mulher, ao diálogo entre movimentos sociais, o feminismo e a academia, em seus três principais eixos: classe, raça e gênero.

Destacamos que a categoria classe está remetida à perspectiva marxista, cujo debate é voltado para economia e política. Segunda a autora Scott (1989), a causalidade econômica é uma visão de caminho pelo qual a história avançou. O debate de gênero seria desenvolvido a partir de uma categoria dos estudos feministas e de uma análise das observações da sociedade relacionada a desigualdades de espaço e poder entre os sexos.

Ao tentarmos explicar a teoria sobre gênero, nota-se que a sua gênese está marcada especialmente na história das mulheres, atravessada por desigualdades persistentes entre homens e mulheres. Foi por meio de sua participação política que, apesar de não serem notadas, as mulheres participaram de mudanças e conquistaram direitos nos anos 1970 (SCOOT, 1989; p. 03).

O “gênero” surge como uma categoria no campo das ciências sociais para discutir essas diferenças existentes entre os sexos, que são constituídas a partir da sociedade na perspectiva das desigualdades. Com o avanço da sociedade, dos pensamentos e ações da sociedade, essas características são produto de uma situação histórico-cultural e política, e as diferenças são fruto de uma construção social.

Dessa forma, não existe naturalmente o gênero masculino e feminino. Para chegar uma teoria mais completa, buscamos preferivelmente entender através dos fenômenos da realidade do que habituar-se a suas formas. Segundo Joan Scott (1989; 03): “O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências

sociais e, por consequência, dissociar-se da política, que não defere quem merece ou não, mas sim representa a parte mais lesada desse contexto, que busca uma legitimação”.

As feministas buscavam não apenas o direcionamento do debate das mulheres, mas sim um estudo sobre o outro - os homens -, buscando uma perceptibilidade entre as ações de subordinação entre os sexos e as desigualdades persistentes. Distingue-se a dimensão social da dimensão biológica, um processo antagônico em que homens e mulheres são produtos de uma realidade social mais não com os mesmos deveres e direitos. Porém, a sociedade se baseia em modos específicos de classificação e de convívio social, que mostra essa diferença entre os sexos opostos e leva à criação do termo gênero.

Esse uso da terminologia de gênero faz com que, ao analisarmos as abrangências do passado, as relações e conhecimentos masculinos em várias diferenças de tempo de idade, percebemos que o movimento feminista fez a diferença e aparições necessárias. Um exemplo são as sufragistas⁴, que eram mulheres que afrontaram e conseguiram o direito ao voto.

A partir dessa realidade, a questão a ser entendida é sobre as relações entre gênero e mulheres e a neutralidade entre essas duas palavras. O termo gênero trata de assuntos mais voltados para as ciências sociais e demanda um estudo das políticas. Sendo assim, o gênero, inicialmente usado nas falas das feministas em meados de 1980, aparece para tomar frente nas discussões de desigualdade entre os sexos sem, contudo, citar diretamente as mulheres.

Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos (SCOTT, 1989; p.07).

O gênero se refere às desigualdades entre os sexos e suas construções sociais, as diferenciações, “obrigações” entre mulheres e homens. Os debates envolvendo esse termo levam à definição dos papéis sexuais que nem sempre

⁴ Sufragistas: esse foi um movimento na qual as mulheres reivindicavam o direito ao voto em eleições políticas, um movimento social político e econômico de reforma, movimento nascente na França no século XVIII, movimento tomou maior proporção após a revolução industrial, O seu início deu-se em 1897, com a fundação da União Nacional pelo Sufrágio Feminino por Millicent Fawcett (1847-1929), uma educadora britânica.

definem diretamente a sexualidade, que se coloca em uma nova fase de pesquisa histórica para destrinchar a realidade existente e desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres.

Nessa perspectiva, a teoria do patriarcado tenta explicar a condição feminina na sociedade. Essa sociedade é baseada na predominância masculina, no poder dos homens sobre as mulheres e na dominação sexual. Para as feministas radicais, a desigualdade entre os sexos vem a partir do patriarcado, ou de um sistema patriarcal, caracterizado na supremacia do homem nas relações sociais, seja no meio familiar ou até mesmo nas relações de autoridades políticas, quando a figura do homem está presente com a principal agente da sociedade, que levou essa imagem influente até a contemporaneidade (REZENDE, 2014).

O patriarcado possui uma cultura que tem raízes históricas, porém, ainda se faz presente no contexto atual de forma mais “maquiada” pela sociedade e às vezes passa como invisível na visão de Pimentel (2006 *apud* SAFFIOTI, 2004; p. 03). No que tange ao significado da violência e todas as consequências que surgem da ocorrência desse fenômeno, a autora destaca que na sociedade patriarcal em que vivemos existe uma forte banalização da violência. Assim, existe uma tolerância e até um certo incentivo da sociedade para que os homens possam exercer sua virilidade baseada na força/dominação com fulcro na organização social de gênero.

O patriarcado encontra-se também no trabalho e na sua divisão sexual que, por ter fortes resquícios dessa cultura, torna a divisão do mesmo injusta, o que é levado para outras esferas das relações sociais entre sexos.

As teóricas do patriarcado questionaram a desigualdade entre homens e mulheres de várias maneiras importantes, mas para os(as) historiadores(as) as suas teorias colocam alguns problemas. Primeiro, enquanto estas propõem uma análise interna ao sistema de gênero, afirmam igualmente a primazia desse sistema em relação à organização social no seu conjunto (SCOTT, 1989; p.10).

O movimento feminista é baseado em sua própria crítica e teoria, com a defesa do interesse de gênero relacionado à mulher. A partir de suas lutas, toda sua história foi separada por “ondas”, por meio das quais se introduz separadamente as conquistas e história do próprio movimento.

Após a Revolução Industrial e a Segunda Guerra Mundial, as mulheres proletárias começaram a lutar pelos seus direitos sociais. Com isso, surge a primeira

onda do feminismo. Com seus ideais vindos do pensamento Iluminista⁵, após uma mudança de padrões e pensamento, essas mulheres buscavam modificações sociais através da educação. Objetivando uma melhoria assimétrica dentro dos relacionamentos (casamentos heterossexuais), as mulheres começaram a pensar como iguais aos homens perante a sociedade.

No Brasil, essa onda veio com mais força quando o direito a ser conquistado era o do voto, pelas reivindicações de Bertha Lutz, que tomou a frente nessa militância. Esse direito foi conquistado após a promulgação do Novo Código Eleitoral em 24 de fevereiro de 1932.

As reivindicações da primeira onda do movimento feminista eram particularmente contra o casamento, pois algumas mulheres o consideravam como uma prostituição legal. Era como se estivessem ali para servir o homem, tanto no contexto sexual como social. As mulheres reivindicavam educação, pois naquela época os homens recebiam uma educação de qualidade e as mulheres não. Elas queriam também obter esses conhecimentos. Entre as mulheres brancas da burguesia, a reivindicação era por mudanças na esfera social. Já as mulheres proletárias eram trabalhadoras que buscavam melhores condições de trabalho.

Durante a primeira onda, o feminismo era expresso de um modo mais formal, por conta do conservadorismo da época. Em meados dos anos 1920 foi o início das reivindicações contra a quebra do machismo e outros tipos de preconceitos relacionados ao papel da mulher na sociedade. Nos anos seguintes deste movimento, o feminismo deu uma enfraquecida em suas ações e veio retornar com mais força somente nos anos sessenta.

Em 1964, a segunda onda do movimento feminista começou a surgir durante o processo de ditadura militar no Brasil. As reivindicações eram baseadas nas da primeira onda, porém, a partir de então, além de lutarem por melhores condições de trabalho, as mulheres lutavam agora por igualdade com base na chamada isonomia material⁶. O pensamento das mulheres revolucionárias era de

⁵ Iluminismo: O pensamento iluminista é caracterizado pelo pensamento racional. O Iluminismo surgiu na França, no século XVII. Porém, o auge deste movimento foi na primeira metade do século XVIII. Ele defendia o domínio da razão sobre a visão teocêntrica (religiosa), que dominava a Europa desde a Idade Média. Segundo os filósofos iluministas, esta nova forma de pensamento tinha o propósito de iluminar "as trevas" na qual se encontrava a sociedade (Evandro, J.R Sua Pesquisa, São Paulo 7, Jun. 2019. Disponível em: < Suapesquisa.com\historia\iluminismo\> Acesso em: 23. abril 2020.)

⁶ Isonomia material: Denominada por alguns de igual real ou substancial, a igualdade material tem por finalidade igualar os indivíduos, que essencialmente são desiguais. Tratar a todos igualmente todos sem distinção.

que não havia necessidade e nem porquê de elas mesmas não poderem decidir sobre as suas vontades. As mulheres buscavam autonomia e liberdade do poder de escolha sobre seu corpo e decisões pessoais, buscavam também sua realização como ser e indivíduo perante a sociedade (FERREIRA, 2017 *apud* PINTO 2017; p. 16).

Com importantes direitos já conquistados na teoria e nos papéis, o movimento feminista em sua segunda onda possuía a seguinte particularidade: o que o movimento necessitava não estava sendo colocado em prática. A submissão da mulher perante ao homem ainda era muito presente e a perspectiva masculina era predominante.

Nesse mesmo período, as mulheres eram representadas na sociedade a partir da terminologia do gênero, que era uma forma de viabilizar e visualizar melhor as suas ações e reivindicações. O gênero mudou de contexto biológico para o social. Assim, o movimento ressurgiu com certa expressividade no contexto contestatório dos anos sessenta, marcado pelos movimentos pacifistas, estudantis e *hippie*, que envolvem também movimentos marcados pela esfera política e seus preceitos, buscando a mudança no cenário comum que era a opressão da classe feminina na esfera privada (FERREIRA, 2017; p. 06).

No Brasil, o movimento feminista segue os exemplos de como eram as atitudes e reivindicações do movimento feminista americano, que buscava amparos legais para sua luta. Contudo, as mulheres se deparavam com contradições e discriminações, o que tornava imperioso repensar as relações estabelecidas com os partidos políticos, Igreja e Estado. A terceira onda feminista remete à ideia de que as mulheres são diversas.

A partir de 1990, as mulheres necessitam de demandas específicas. Assim, se desenvolve um recorte maior, onde são inseridas nesse movimento as reivindicações das mulheres negras, transexuais e lésbicas, por exemplo. As teorias do feminismo passam a ser algo mais estruturado e as demandas surgem em uma maior proporção e caracterização (FERREIRA, 2017).

Nessa terceira fase vivida pelo movimento feminista, a busca por direitos perante a sociedade era mais específica e novas questões passaram a ser discutidas. No mundo, as mulheres não eram todas iguais e nem que buscavam apenas os mesmos direitos. Havia diferenças entre as lutas das mulheres burguesas, proletárias, das negras, e mulheres em diversas situações. Diante disso,

os elementos de classe e “raça” eram essenciais nessa diferenciação, que trazia também para essa luta momentos de dominação e subordinação vivenciados por mulheres diversas. Esse terceiro momento de luta das mulheres passou a ser algo maior, que englobava várias teorias do aspecto social.

Deste modo, há enfoque na subjetividade da mulher, reconhecendo as interseções entre marcadores de opressão, e discutindo-se como essas combinações específicas se refletem no próprio ser-mulher. Assim, entende-se a questão de gênero não mais como algo a ser isoladamente considerado, mas fundamentalmente ligado a questões como etnia, sexualidade, classe e afins, sob a perspectiva de que as desigualdades sociais são, na verdade, fruto de uma complexidade, oriunda do emaranhamento de relações de poder (FERREIRA, 2017; p 08).

A perspectiva da interseccionalidade remete as várias opressões voltadas às mulheres e seus grupos específicos, pois o que buscavam a visão universal das mulheres. Na esfera social, porém, a mobilidade social era vista apenas para classe masculina. Com a abordagem da interseccionalidade, mais estudos sobre mulher, raça e gênero foram abordados no contexto da sociedade.

A quarta onda do feminismo, na realidade brasileira, destaca-se pelo feminismo interseccional e pelo feminismo na contemporaneidade, marcado pela era das tecnologias e mídias sociais. Essa onda ainda está em processo de agregar os conhecimentos desenvolvidos e os momentos marcantes nas histórias das mulheres, bem como seus momentos de lutas e conquistas (FERREIRA, 2017).

Essa nova era do movimento vem trazendo novas linhas de pensamentos e novas terminologias que discutem a sexualidade e a visão sobre si, como os temas do movimento trans e a luta contra a gordofobia, ocasionando uma maior visibilidade para o momento de discussão sobre esses assuntos. Continua, também, a luta, aliada às reivindicações iniciais desde a primeira onda do movimento feminista.

O movimento feminista torna-se bastante dinâmico à medida em que cada país teve uma dirigente diferente. A partir da terceira onda, da criação de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e a organização do movimento, o feminismo passou a se aprofundar ainda mais em suas discussões.

A quarta onda é considerada como tendo um viés mais acadêmico. Foram estudos baseados em perspectivas acadêmico-científicas publicadas que trouxeram um maior entendimento de que o movimento feminista contemporâneo era um

movimento feminista interseccional, com lutas voltadas à “raça”, classe, gênero e sexualidades. Tudo isso tem sido bastante discutido na era das mídias sociais.

A internet abriu espaço para todas as discussões, dentro e fora das ondas feministas mais conhecidas. Feminismo negro, feminismo gay, sexualidade, mansplaining, assédio, estupro, empoderamento, sororidade, machismo cotidiano, gênero, gordofobia e tantos outros territórios ganham espaço e são discutidos cada vez mais (TOLEDO, 2017; p. 06 *apud* PEREZ, 2018; p. 09).

As mulheres feministas e o próprio movimento feminista em sua quarta onda, tomou uma proporção maior com a inserção das mulheres negras, universitárias, lésbicas, trabalhadoras, pessoas com deficiência, e todos os grupos de articulações por igualdade.

Em terceiro lugar, com 7 menções, a relação do movimento feminista com o Estado é considerada uma característica da quarta onda feminista. Essa relação acontece com a ocupação de cargos públicos por feministas, participação do movimento na formulação de políticas públicas em instituições como os Conselhos Gestores, ou ainda pelo financiamento estatal para que organizações feministas executem políticas públicas (PEREZ, 2018; p.07).

Após todas as inquietações do movimento, sua luta não parou por ali. Agora com ainda mais força e novas roupagens, o movimento passou a buscar um caráter mais político, voltado para a inserção das mulheres em cargos de autoridades no Estado. Assim, as reivindicações das mulheres passaram a ser pautadas em leis e a dar maior visibilidade aos movimentos sociais, não restritos apenas ao movimento feminista, pois, a partir do ano de 2003 o cenário tornou-se mais favorável aos mesmos.

A apropriação e dominação dos homens com relação às mulheres começa nas diferenças físicas e na relação com o patriarcado. Assim, o gênero passa a trazer várias discussões para estabelecer que essa desigualdade era histórica e não natural e que lutas para mudar essa realidade estavam começando a surgir e a se fortalecer.

O sexo não pode ser visto como diferença biológica que promova uma dicotomia expressa na desigualdade, baseada em normas regulatórias voltadas especificamente ao sexo “oprimido”. É isso que precisa ser entendido e posto diante a sociedade, que estruturou e reproduziu esse contexto. Ou seja, “esse é o legado do método de análise marxiano: não são as ideais e as normas que determinam a

realidade, é a realidade com concretude histórica das relações” (CISNE, 2018; p.49). A realidade do social, portanto, leva-nos a entender a sexualidade e como essa diferenciação se manifesta nas representações sociais concretas de gênero.

Desse modo, as relações de gênero encontram-se diretamente relacionadas à forma como as pessoas concebem os diferentes papéis sociais. Na perspectiva marxista, o gênero e seu estudo tiveram como principal debate a participação das mulheres na força de trabalho e o trabalho doméstico. Ou seja, o marxismo teve total influência para que as análises de gênero saíssem do âmbito somente familiar (HEILBORN; SORJ, 1999).

O estudo crítico da teoria gênero leva a perceber que essa teoria deve ser levada apenas ao âmbito cultural.

No mercado de trabalho, as mulheres continuam sendo discriminadas e ganham menos. Cerca de um terço das famílias brasileiras é chefiada por mulheres e ainda persistem índices gritantes de miséria e pobreza – que aceleradamente se “feminiliza”. Mesmo sendo as mulheres mais escolarizadas do que os homens, as profissões de maior legitimidade e prestígio social continuam sob o domínio masculino. As iniciativas para aumentar o espaço de atuação da mulher no mundo político não vêm surtindo os efeitos esperados, pois continuamos sub-representadas em todas as instâncias parlamentares e esfera de decisão. A violência doméstica e de gênero parece ocorrer em índices epidêmicos e gravíssimos por todo país (REZENDE, 2014 apud SCALON, 2005; p. 101).

Em sua perspectiva, a categoria de gênero veio para trazer as desconstruções de papéis impostos pela sociedade voltados às mulheres em si; trabalhar a igualdade entre os sexos, os papéis sociais e as relações de poder; e esclarecer os papéis desempenhados pelas mulheres em outros contextos. A diferença entre os sexos contribui fortemente para a exclusão da mulher em posições e cargos destinados historicamente aos homens, que variam entre os poderes político, cultural e religioso. O termo gênero possui, assim, vários significados.

Na história das mulheres ocorrem inúmeras mudanças de pensamentos e ações. O surgimento da teoria de gênero incorpora a inovação e as mudanças na realidade da contextualização da relação do homem e da mulher diante a sociedade.

Segundo Gonçalves (2006), a partir do entendimento de Michele Perrot:

Uma, categoria gênero havia sofrido um processo de absorção e passara a ser um sinônimo de história das mulheres, contradizendo explicitamente considerações como a de Michele Perrot para quem “a categoria relacional de gêneros substituiu internacionalmente a perspectiva de uma ‘história das

mulheres”. A outra, expressa pela historiadora Ginna Pomta, de que utilização da noção de gênero não substituiu a constituição só campo conhecido como história das mulheres (GONÇALVES, 2006; p.77).

As feministas lutaram em favor dessa nova conceituação para que a realidade de mudança e debates em esferas gerais e as lutas estabelecidas pela causa das mulheres surtiram efeitos fáticos. Segundo Scott (2005), o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar o sentido totalmente contrário das práticas habituais, ou seja, de que as mulheres são “sujeitos” históricos legítimos.

O gênero inclui as mulheres sem nomeá-las e parece assim não se constituir como uma ameaça crítica. O gênero separa ou difere as atividades não pelo sexo, mas sim pela necessidade social. Portanto, esse processo leva a entender que a análise da realidade revela as desigualdades entre homens e mulheres, propiciando ainda mais que a terminologia gênero seja destacável e tenha um papel de discussão relevante na sociedade.

O conceito gênero pode ser utilizado tanto empiricamente, para distinguir e descrever categorias sociais, como também analiticamente, para explicar as relações que estabelecem entre elas, identificando os princípios legais, tradicionais e ideológicos que sustentam as desigualdades entre mulheres e homens (TEIXEIRA, 2006 apud REZENDE, 2013; p. 60).

Ao utilizarmos as reflexões trazidas por Scott, a discussão de igualdade de gênero leva-nos a entender que a perspectiva da pós-modernidade⁷ trouxe mudanças para as perspectivas teóricas da sociedade em geral. Segundo Rezende (2014), as fases de modernização da sociedade correspondem a duas grandes dimensões de variações culturais: a transição dos valores tradicionais para os valores seculares correspondeu ao declínio da “família tradicional” e a transição dos valores de sobrevivência para os de auto-realização correspondeu ao surgimento da igualdade de gênero (REZENDE, 2013 apud SCALON, 2005).

Esse entendimento baseia-se na noção de que a sociedade reproduz a ideia da subordinação da mulher no capitalismo. Segundo Scott (1989), a fala de Michel Foucault diz que “a sexualidade é produzida em contextos históricos, pela

⁷ Pós- modernidade: É um conceito que representa toda a estrutura sócio-cultural desde o fim dos anos 1980 até os dias atuais. Em suma, a pós-modernidade consiste no ambiente em que a sociedade pós-moderna está inserida, caracterizada pela globalização e domínio do sistema capitalista, ela representa uma quebra de paradigmas "quebra" com antigos modelos de pensamento linear defendidos na era moderna pelos iluministas.

convicção de uma revolução sexual contemporânea exige uma análise séria, autores centraram suas interrogações sobre a política da sexualidade” (p.12).

As feministas da época sentiam a necessidade de entender como se dava a relação entre a economia social voltada ao gênero. Assim, ao se analisar as pesquisas de dados sobre essa teoria é possível concluir que as relações de sexos são baseadas nas relações de (re) produção social.

Para pensarmos alterações nas relações sociais de sexo são insuficientes mudanças individuais, ainda que necessárias. A organização política coletiva é compreendida como indispensável para alterar as relações estruturantes. Em outras palavras, nós, individualmente, por exemplo, podemos estabelecer uma alteração na nossa vivência familiar, podemos dividir igualmente tarefas domésticas, mas essa alteração não implicará na transformação na estrutura social da divisão sexual do trabalho (CISNE, 2018; p. 53).

As relações sociais que definem a sociedade e que conseqüentemente definem as relações voltadas aos sexos são baseadas em dois interesses antagônicos de dois grupos que compõem a sociedade. Essas relações e opressões voltadas às mulheres e sobre as relações voltadas ao sexo têm como consequência o patriarcalismo. A terminologia de gênero não existe para tirar a importância dessas relações voltadas ao sexo, mas sim para buscar a igualdade entre as mesmas “[...] a questão é desvendar as relações de determinação que incidem nos fenômenos e também na forma de nomeá-los” (CISNE, 2018; p. 55).

Na perspectiva de gênero, a privatização e subcontratação trazem perigos para a mulher trabalhadora. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, a “globalização” trouxe um amparo ou força para os movimentos sociais, com o surgimento da Marcha Mundial das Mulheres (MMM)⁸, por exemplo. A partir das mudanças no mundo, a entrada das mulheres no mercado de trabalho foi bem satisfatória. Porém, as suas condições de trabalho deixaram a desejar e se expressam na existência de trabalhos vulneráveis e precários.

Com as mudanças organizacionais e tecnológicas que ocorreram a partir dos anos de 1990, como a flexibilidade do trabalho, a garantia de empregos estáveis e com garantias sociais tornou-se quase nula. Essa conclusão baseia-se no

⁸ “A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) nasceu no ano 2000 como uma grande mobilização, mulheres do mundo em uma campanha contra a pobreza e a violência. As ações começaram em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e terminaram em 17 de outubro do mesmo ano, organizadas a partir do chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista” (texto retirado do site <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm>>).

aumento do índice de desemprego, graças aos vínculos instáveis e ao aumento da força de trabalho disponível. Quem ocupa a maioria dos trabalhos instáveis são as mulheres, que atuam em empregos de meio período e com baixa remuneração.

Com isso, entendemos que a perspectiva de gênero surgiu para discutir as diferenças e desigualdades entre os sexos em toda esfera social e global. Isso contribuiu para que a discussão ocupasse espaço e voz na sociedade e o gênero em si destacasse a figura da mulher. É a parte lesada que compõe essa terminologia que precisa ser discutida e o fortalecimento das lutas contra o machismo na sociedade capitalista e conservadora se faz essencial.

2.2 Gênero, classe e “raça”: uma articulação necessária

Para discutirmos as convergências e fazermos uma ligação e articulação entre gênero, classe e “raça” é necessário voltarmos ao debate das ondas do feminismo: a segunda onda inseriu a terminologia gênero para abrir um novo leque de discussões voltadas à imagem da mulher na sociedade; a terceira onda veio com uma especificidade maior, separando as lutas das mulheres em suas diferenças, colocando no espaço de discussão a classe e “raça”, e não só mais focado na luta das mulheres burguesas, mas agora no movimento negro e nas lutas das trabalhadoras.

Com as diferenças nas construções sociais e culturais o interesse das mulheres pela luta da garantia de direitos e igualdade entre os sexos uma versão nova da imagem da mulher na sociedade se destacou. Contudo, essa imagem criou uma falsa ideia de que as mulheres já haviam atingido seu patamar de igualdade social com relação aos homens.

Porém, a realidade da mulher na sociedade ainda é outra: os crimes contra as mulheres não diminuem, pelo contrário, aumenta sua proporção, com destaque para o feminicídio⁹; as condições de trabalhos precárias continuam praticamente as mesmas. Ao mesmo tempo que a mulher se doa para sua família, o modelo econômico, cultural e social a oprime e a faz viver no limite da sobrevivência

⁹ O assassinato de mulheres em contextos discriminatórios recebeu uma designação própria: feminicídio. Nomear o problema é uma forma de visibilizar um cenário grave e permanente, feminicídio é a expressão fatal das diversas violências que podem atingir as mulheres em sociedades marcadas pela desigualdade de poder entre os gêneros masculino e feminino e por construções históricas, culturais, econômicas, políticas e sociais discriminatórias. (RODRIGUES, 2018; p. 01)

para que seus filhos e maridos tenham o garantido o mínimo existencial quando as condições de vida são extremamente precárias.

Como demonstra Mészáros: “[...] em 1994 as mulheres constituíam 70 por cento dos pobres do mundo [...] Devido as determinações casuais por trás desses números, a situação das mulheres tende a piorar no futuro previsível” (2002; p.303). O autor demonstra que esse fenômeno não é natural, muito pelo contrário, há determinações causais, devido a elas, deve-se perceber a importância de uma prática feminista voltadas para as lutas das mulheres, que por sua vez, deve ser vinculada à luta por uma nova sociedade (CISNE, 2012; p. 85).

Foi na pós-modernidade que o estudo do gênero criou um novo sistema de diferenciação. Gênero não mais abarcava apenas a diferença entre os sexos, mas também de “raça”, etnia, orientação sexual, idade etc. (CISNE, 2012; p. 87). O segmento de classe é que vai diferenciar e dar maior importância para as opressões vividas por esses sujeitos.

A luta de classes deve ter uma maior predominância, mas sem excluir as demais dimensões do movimento. O movimento de lutas só se encontra totalmente saudável se não houver opressões, desigualdades e exploração em seu meio. Isso porque o movimento feminista deve estar em consenso com as esferas que fazem parte do mesmo, caso contrário, o seu enfraquecimento pode ocorrer.

Gênero se constituiu como uma categoria relacional. Porém, não deve haver hierarquia quando se fala de gênero, “raça” e classe. É necessário englobar várias lutas existentes, tais como a luta contra as desigualdades, contra o preconceito e o machismo. É a consciência de classe e a identidade de classes que fazem com que o pensamento de emancipação das mulheres vem a ser verdadeiro.

O termo interseccionalidade começou a ser usado a partir dos estudos de pesquisas feministas. Essa expressão era usada para problematizar ainda mais a opressão, as diferenças de classe, gênero e “raça” como dimensões articuladas, pois a luta pela emancipação das mulheres seria irrelevante se no meio de seu movimento houvessem casos de opressão relacionados à renda e ao racismo, por exemplo.

O termo interseccionalidade surgiu para mostrar que o movimento feminista não era algo individual, mas que se dividia entre as classes, “raças” e até mesmo em segmentos relacionados à sexualidade. Foi no movimento das mulheres negras que essa terminologia tomou destaque, pois as suas lutas eram ainda mais sobrecarregadas. O passado das mulheres negras foi de escravidão e crueldade

extrema. A desigualdade e a falta de oportunidade com relação às mulheres brancas eram – e ainda são – problemas cruciais e relevantes na busca por compreender o porquê de se lutar contra as desigualdades e opressões que sofriam e sofrem as mulheres negras.

O conceito de interseccionalidade, proposto por Degele e Winker (2007, *apud* Mattos, 2011), autoras alemãs, tem proporcionado discussões no intuito de compreender a dinâmica da dominação social, trazendo como ideia básica a possibilidade de explicar como as normas, valores, ideologias e discursos influenciam tanto as estruturas sociais quanto a constituição de identidades e são por elas influenciados. Este conceito ajuda a compreender a complexidade da situação de pessoas e grupos, afirmando a coexistência de diferentes fatores como: vulnerabilidades, violências, discriminações; também chamados como eixos de subordinação, que acontecem de modo simultâneo na vida dos sujeitos (PERPETUO, 2017; p, 04).

Nessa mesma perspectiva, vários coletivos feministas orientados por uma perspectiva crítica de análise da realidade apontam a necessidade da luta contra o capitalismo e o patriarcado. Além disso, esses grupos denunciam a homogeneidade da categoria mulher e afirmam a necessidade de considerar a combinação das desigualdades de sexo, “raça” e classe social (SANTOS; CISNE, 2018).

Esse contexto passou a ser usado de uma forma mais ampla quando se fala em justiça social, devido às complexidades que a hierarquia social remete à sociedade. Não se deve pensar apenas em uma ou outra particularidade no caso do gênero, mas também em outras categorias voltadas à luta por conquistas, dando uma maior ênfase às classes sociais. De acordo com Hirata (2014 *apud* CISNE, 2018), “a interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política” (p. 82).

Segundo Cisne e Santos (2018), utilizando o pensamento de Crenshaw (2002), a perspectiva de interseccionalidade:

[...] busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classe e outra. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como as políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desemperramento. Utilizando uma metáfora de interseção, faremos inicialmente uma analogia em que vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. [...] através delas que

as dinâmicas do desempenho se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes (CRENSHAW, 2002; p. 82).

Nesse sentido, Crenshaw (*apud* CISNE; SANTOS, 2018) aponta que as diferenças devem ser analisadas de formas individuais, mantendo a consubstancialidade das relações sociais de sexo, “raça”, gênero e etnia, que devem ser estudadas de forma indissociável. Cisne & Santos (2018) apontam, a partir do pensamento de Kergoat (2012; p. 126-127):

As relações são consubstanciais: elas formam um nó que não pode ser sequenciado no nível das práticas sociais, apenas em uma perspectiva analítica da sociologia; elas são coextensivas: implantando as relações sociais de classe, de gênero e de “raça”, se reproduzem e se coproduzem mutualmente. (KERGOAT, 2012; p. 126-127 *apud* CISNE; SANTOS, 2018)

A terminologia de gênero não conseguiu situar todo o discurso de classe e “raça”, pois as reivindicações das mulheres brancas não eram únicas. Após a luta pelo sufrágio e a sua conquista, no início do século XX nas lutas feministas começou a haver separações. No meio das próprias mulheres havia casos de hierarquia e subordinação. Como dizia Clara Zetkin, “o gênero nos une e a classe nos divide” (CISNE; SANTOS, 2018).

Ângela Davis (2018) destaca que as mulheres foram divididas por três grupos: as burguesas que lutavam pelo direito à educação; as operárias que lutavam pela melhoria na condição do trabalho; e as mulheres negras que lutavam por todos esses direitos, pois a mulher negra era vista da forma mais inferior possível.

Além disso, o que as mulheres da burguesia percebiam como objetivo máximo as mulheres proletárias interpretavam como armas esforço para participar da luta de classes em condições de igualdade com os homens. Zetkin sistematizou essa ideia em sua análise da relação entre a campanha pelo sufrágio feminino e a luta das mulheres da classe trabalhadora. Tal interpretação é significativa não apenas por seu importante valor histórico, mas também pelas lições que traz respeito da natureza de classe de algumas lutas contemporâneas (DAVIS, 2018; p. 137).

Ao analisarmos as questões de opressões entre gênero, “raça” e classe, observamos uma questão de grande importância. Quem sofre ainda mais nesse contexto são as mulheres negras e trabalhadoras, considerando o racismo e o sexismo da sociedade. Segundo a autora anterior, a partir da década de 1980, essa

desigualdade entre “raça” e classe social começou a se elevar a um patamar maior na sua problematização.

Por décadas, as ativistas brancas têm reclamado de que as mulheres das minorias étnicas frequentemente não atentem aos seus apelos. “Nós as convidamos para nossas reuniões, mas elas vieram”, “Nós as chamamos para nossa manifestação, mas elas não apareceram. “Elas simplesmente não parecem interessados nos estudos sobre mulheres” (DAVIS, 2018; p. 18).

As relações sociais aqui envolvidas demonstram apenas uma parte da realidade social vivida por essas mulheres dentro do movimento subdividido por categorias. No âmbito do feminismo francófono de perspectiva crítica, há a necessidade da articulação entre produção e reprodução social (CISNE; SANTOS, 2018). Essas categorias não se limitam por si só, já que as reivindicações possuem singularidades nas quais ambas necessitam de uma articulação recíproca.

Cisne & Santos (2018), a partir do entendimento de Kergoat (2010), descrevem que “não se trata de um tour de todas as relações sociais envolvidas, uma a uma, mas de enxergar os entrecruzamentos e as interpretações que formam um “nó” no seio da individualidade de cada grupo” (p.83).

Quando falamos que a classe separa o que o gênero une, essa é uma ideia de que as divergências entre as classes sejam permanentes e de interesse próprios. Nesse contexto, é possível constatar que a luta das mulheres negras na sociedade carrega uma relevância maior que as demais. A interseccionalidade que não considera relações sociais estruturantes ignora fatores de grande relevância. Cada luta tem sua totalidade e sua individualidade na visão social.

Tem sido demasiado comum – tanto ao longo da história quanto na atualidade – que as líderes brancas do movimento de mulheres julguem que quando nós mulheres negras elevamos nossa voz para falar da tripla opressão que sofremos, nossa mensagem tem uma relevância, quando muito marginal para suas experiências. Elas presumiram erroneamente que as causas das mulheres podem ser articuladas de modo isolado das questões associadas aos movimentos negros e trabalhador (DAVIS, 2017; p. 26).

Segundo o pensamento de Crenshaw, as categorias de gênero e “raça” devem ser vistas como algo adicional às relações de classe e devem ser entendidas como enoveladas dialeticamente. Como expõe Cisne & Santos (2018), as relações entre “raça”, gênero e classe devem ser analisadas de forma articulada, pois cada

categoria encontra-se na sua própria realidade do social e com as suas circunstâncias históricas.

Nesse sentido, por exemplo, na sociedade capitalista, todo e qualquer indivíduo faz parte de um meio social, pertencente a uma classe que está exposta ao controle do capital e suas imposições.

Ao analisarmos a perspectiva de consubstancialidade, apontamos que esta compreende sexo, “raça” e classe como necessariamente indissociáveis. Seus elos de lutas estarão sempre interligados como um “nó”. Já a perspectiva de interseccionalidade pode apresentar relações entre essas dimensões, que podem se sobrepor uma à outra - em geral, gênero e “raça” se sobrepondo à dimensão de classe social (CISNE; SANTOS, 2018).

Para que se possa conseguir avançar nas lutas do movimento feminista, necessita-se articular as diferentes categorias sociais, “raça”, classe e gênero ou sexo, pois trata-se de um debate que não se fixa apenas em um grupo exato de mulheres. Existem lutas diferentes dentro de um mesmo movimento. Segundo a autora Mariana (2010), nas palavras de Guacira de Oliveira (2007), há um risco de se homogeneizar o sujeito único mulher e é um grande desafio para o feminismo transpor os limites do pensamento político que abarcam as identidades e angústias de ser negra, indígena, ser lésbica.

É importante ressaltar que essa perspectiva estimula a obrigação de a análise de gênero ser compreendida em sua dimensão relacional do poder. Conseqüentemente, com as demandas e agora a visibilidade das mulheres perante a sociedade e as lideranças feministas, o movimento não era por si só. Dele emergiu-se, por exemplo, o feminismo negro, que luta por causas específicas de uma classe e a de todos os segmentos já mencionados, que está ligada à sua “raça” e ao seu gênero, a mulher.

Não se desligando do sentido de que toda essa questão está ligada à questão social¹⁰, ao conservadorismo e ao capitalismo, a grande maioria da população afetada são as mulheres negras e pobres.

¹⁰ A concepção de questão social mais difundida no Serviço Social é a de Carvalho e Iamamoto, (1983; p. 77): “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”.

Nesse sentido, as lutas contra as opressões culturais (de raça, etnia, gênero, geração, orientação sexual, meio ambiente, nacionalidade etc.) são fundamentalmente, recortes das desigualdades sociais – de classe, ou seja, não são novas questões sociais, pois, não estão acima, tampouco agem independentes da contradição entre as classes (CISNE, 2012; p. 103).

As classes sociais são responsáveis por afastar a humanidade e colocam as mulheres em um papel de desigualdade. Elas são um fator central que estrutura a sociedade capitalista e conseqüentemente as lutas sociais das mulheres.

A luta da classe trabalhadora, já pelo seu próprio nome diz, é um grupo social que luta por uma causa específica de suas necessidades, pois são destituídos dos meios de produção e possuem apenas a sua força de trabalho, por isso, em sua grande maioria luta contra as imposições do capitalismo e as suas explorações contra os mesmos, assim a sociedade capitalista está subdividida em classes sociais fundamentais para sua manutenção, sendo a classe que oprime e a que é oprimida e explorada.

As vidas das mulheres, suas condições e experiências são distintas. Apesar dessas diferenças, a luta pela igualdade com relação aos homens é um ponto em comum. Todas as mulheres em um contexto geral sofrem ou já sofreram algum tipo de opressão e desigualdade social decorrente do machismo.

As questões de gênero, classe e “raça” também se relacionam com o modo de produção capitalista e o modo de trabalho. São subdivididas as esferas nas quais o trabalho braçal, a exploração do trabalho, em sua grande maioria tem como alvo homens negros e pobres e só depois a mulher, negra e pobre. Essa mulher, via de regra, recebe remuneração ainda mais inferior ao dos homens, ou seja, as relações sociais são atravessadas pela divisão sexual do trabalho.

Há a necessidade de uma articulação entre essas terminologias, pois as desigualdades sociais, mesmo em meio às mudanças de pensamentos e comportamentos da sociedade moderna e contemporânea, são constantes. A divisão sexual do trabalho ainda é tema de debate nos conflitos sociais da sociedade capitalista. A busca constante de informação por meio da sociedade faz com que as reivindicações das classes de mulheres tenham mais visibilidade. Os debates contemporâneos desses três eixos se inter cruzam:

A análise conjunta de gênero, raça e classe se apresenta, mas varia o peso relativo de cada uma e as clivagens que estabelecem conjuntamente são interpretadas de modo distinto. De maneira sintética, é possível dizer que enquanto o feminismo marxista e socialista privilegia o par gênero classe

(embora isso não signifique que suspenda a raça como problema), o feminismo negro e os estudos das interseccionalidade privilegiam o par gênero-raça (embora isso não signifique que suspendam a classe como problema). No feminismo negro, as categorias gênero, classe e raça foram exploradas conjuntamente, mas nem sempre de forma a produzir um referencial focado na explicação dos seus entrelaçamentos (BIROLI, FELIPE, 2015; p. 30-31).

As mudanças vistas até hoje na sociedade são resultadas de uma luta contínua, decorrente de um trabalho conjunto das lutas de gênero, classe, “raça”, feminismo marxista e o feminismo negro, dentre outros segmentos, que buscam uma mudança geral na sociedade, pois há mais de 30 anos esses pensamentos se inter cruzaram.

A sociedade historicamente é construída pelas suas opressões e desigualdades, sendo de suma importância a articulação e diálogo dos pensamentos e atividades de reivindicações das lutas. Se formos analisar a pirâmide social estruturada pela sociedade, ao topo encontra-se o homem branco e rico, e tudo que está abaixo daquilo vai se tornando cada vez mais irrelevante e a luta da mulher se encontra nos estamentos mais baixos dessa organização.

A luta contra a alienação da sociedade é constante. A maioria acha que o lugar em que as mulheres se encontram foi especialmente destinado e determinado à elas, seja na pobreza ou na riqueza, e que não é fruto da desigualdade social entre “raça”, classe e gênero. É necessário que haja um entendimento do que é uma sociedade desigual e que haja também luta por parte de todos, não apenas da classe afetada de forma ruim, porque se isso não ocorrer, os privilegiados se estacionam em uma comodidade.

Nos movimentos sociais, há uma necessidade de incomodar a classe que se denomina privilegiada, que ainda vive e pensa nos “tempos antigos”, quando o patriarcado era dominante e a desigualdade entre as classes mais habitual. A questão é que se hoje a sociedade é conivente com as desigualdades que se perpetuam nas relações de classe, “raça” e gênero, destaca-se que só a partir da superação dessa sociedade capitalista e dessas desigualdades é que será possível ter mudanças estruturais.

Nenhuma mudança na sociedade acontecerá sem conflitos, pois toda transformação faz parte do processo de luta de classes, e a sociedade na qual estamos inseridos diverge nessas mudanças. Ou seja, ela não está acostumada a

ser questionada sobre os seus pensamentos e posicionamentos contrários às modificações que a contemporaneidade traz para os dias atuais.

A pauta de movimentos sociais que lutam pelas causas coletivas na sociedade não podem se calar, em especial, aqueles que lutam pela causa das mulheres, que especificamente é até hoje o grupo social mais afetado pelas desigualdades da sociedade capitalista patriarcal e racista, e as suas formas de sobrevivência são afetadas tanto na esfera do trabalho quanto fora dele.

O debate entre “raça”, classe e gênero sempre será uma articulação necessária em todo o curso da história, pois as mudanças que conseguimos até hoje não foram suficientes para mudar a realidade da mulher branca, negra, pobre, com filhos, sem filhos, casadas ou solteiras, empregadas ou desempregadas. Permanece ainda o preconceito, racismo e exclusão das mesmas. Porém também houve mudanças ao longo desse processo de lutas. Foram tomados espaços onde jamais mulheres haviam sido vistas, e vozes foram ouvidas depois de muitas lutas.

A cada mudança que acontece quando falamos de classe, “raça” e gênero a vida de uma pessoa é brutalmente interferida. Da mesma forma, cada direito estabelecido ou retirado interfere muito na vida de um cidadão. A sociedade capitalista-burguesa e os que detém o poder não se preocupam com essas mudanças - se serão boas ou ruins -, pois as discriminações e desigualdades sociais são direcionadas a determinados grupos na sociedade. Portanto, o debate de gênero, “raça” e classe é uma questão urgente para o campo das lutas sociais assim como no campo da produção do conhecimento, considerando que interfere em todas as esferas da vida social. Aqui nos limitamos a particularizar esse tema no mundo do trabalho na realidade brasileira contemporânea.

3 CRISE DO CAPITAL E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: AS MULHERES NA INFORMALIDADE

Neste capítulo iremos analisar a crise do capital na contemporaneidade e a divisão sexual do trabalho com o intuito de apresentar os subsídios necessários para analisar a realidade das mulheres na informalidade.

Para isso, discorreremos sobre a reestruturação produtiva e a divisão sexual do trabalho com o pressuposto de que o mundo do trabalho se articula também nas características do racismo e patriarcado como marcas das particularidades da formação socioeconômica do Brasil. Isso implica a permanência de traços históricos dessa formação na realidade contemporânea e, em particular, na vida das mulheres.

3.1 Crise do capital, reestruturação produtiva e divisão sexual do trabalho

Para que se entenda o que foi a crise do capital, faz-se necessária a compreensão do sistema capitalista, que se dará a partir de uma breve explanação histórica a respeito do surgimento desse regime, suas fases e transformações no decorrer dos séculos até os dias atuais.

O capitalismo nasce, em sua primeira fase, na Europa Ocidental, no século XV, marcado pelo fim do feudalismo¹¹, dado o surgimento do Estado Nacional Moderno e fortalecimento da burguesia, possibilitados pelo crescimento das manufaturas e o desenvolvimento comercial devido às Grandes Navegações.

Tal fato impulsionou a exploração colonial, expansão do comércio de escravos, de metais preciosos e, conseqüente, a consolidação de uma série de práticas econômicas denominadas mercantilismo ou capitalismo comercial (MUNIZ, 2019; p.01).

Em seguida, ocorre a segunda fase do capitalismo, conhecido como capitalismo industrial. Tal fato se dá na Inglaterra, com o surgimento da Primeira Revolução Industrial. Esse período foi um marco de grande transformação nos processos de produção artesanal e manufatureiro, fazendo da Inglaterra uma grande

¹¹ A questão feudal está ligada diretamente às classes latifundiárias. No início da colonização portuguesa, os traços feudais encontravam-se sob inspiração da legislação feudal de Portugal medieval, sendo possível deduzir que houvera, assim, uma transposição desses traços para o Brasil por intermédio dos primeiros colonizadores que aqui se fixaram para a exploração da força de trabalho escrava, que, por sinal, fazia parte do investimento inicial do senhor (DUCATTI, 2009; p. 02)

potência mundial, sendo o primeiro Estado-Nação, a converter seu capital comercial em capital industrial.

Esse processo foi possível graças ao avanço tecnológico evidenciado pelo surgimento da primeira máquina à vapor desenvolvido por James Watt. Essa tecnologia foi de essencial importância na geração de energia para a indústria têxtil, além de permitir um ganho maior na produtividade das atividades de minérios e transporte (HUNT, 2001; p.72).

Com todo o avanço advindo da Primeira Revolução Industrial, o sistema de produção artesanal foi perdendo espaço para o setor fabril. Esse processo foi evidenciado pela instalação das primeiras fábricas, o que afetou tanto a natureza, pelo crescimento da extração de seus recursos, quanto as relações de trabalho e o processo de produção, devido sua mecanização.

Dessa forma, a tradicional lã foi substituída pelas fibras de algodão e o trabalho dos artesãos foi substituído pelo tear mecânico, marcando a implantação das primeiras fábricas têxteis. Surge, também, a implantação das primeiras fábricas metalúrgicas pela conversão do carvão mineral em combustível.

O sistema fabril recém-instaurado destruiu totalmente o modo de vida tradicional dos trabalhadores, lançando-os abruptamente num pesadelo para o qual estavam completamente despreparados. Perderam o orgulho que tinham, quando artesãos, por sua arte e foram privados das relações estreitas e pessoais que vigoravam nas indústrias artesanais. Sob o novo sistema, a relação que mantinham com o empregador adquiriu um caráter impessoal: entre ambos interpôs-se o mercado, o vínculo monetário. Foram privados do acesso direto aos meios de produção e reduzidos à mera condição de vendedores de força de trabalho, passando a depender, exclusivamente, para sobreviver, das condições de mercado (HUNT, 2001; p. 72).

Assim, surge o modo de produção em massa. Os centros urbanos industrializados começam a concentrar a oferta de postos de trabalho, já que os burgueses, aqueles que detinham o capital, investiam nas construções das fábricas. Esse foi o motivo principal para que se consolidasse o liberalismo econômico¹², já

¹² “O liberalismo é uma ideologia que defende a economia livre de intervenções governamentais, e a liberdade individual máxima para fazer escolhas de consumo, através do capitalismo. Também é uma ideologia que defende a propriedade privada, uma economia liberal, também conhecida como economia de mercado, é caracterizada pela livre oferta e procura, e a formação dos preços a partir dos benefícios acima dos custos. Essa liberdade nas transações econômicas é dada pela concorrência entre os vendedores e, também, a ausência de impostos.” Disponível em: < dicionariofinanceiro.com\liberalismo\> Acesso em 15.mai.2020.

que todos os meios de produção e também o trabalho humano foram colocados à serviço da produção em massa e da acumulação de capital.

Os suprimentos de mão-de-obra não são uma consideração decisiva na localização das empresas produtivas. Outros fatores na produção (matérias-primas, energia, capital) variam em importância para a localização, conforme o tipo de produção e as condições tecnológicas e de transporte e, normalmente, pesam mais na decisão do que a disponibilidade de mão-de-obra, que se supõe ser razoavelmente indiscutível – os trabalhadores em potencial simplesmente respondem às oportunidades de emprego, surgindo onde se fazem necessários. Além disso, pelo menos num sistema de livre empresa, o trabalho é o fator na produção que não é reunido a expensas do empregador. Por conseguinte, a migração em resposta a diferenças em atividades e oportunidades econômicas é uma característica quase universal da industrialização (MOORE, 1968; p. 98).

É nesse momento que surgem as classes operárias, formadas por homens, mulheres e crianças, divididas entre antigos camponeses, expulsos ou expropriados de suas terras, em consequência do fim do feudalismo, e de artesãos expropriados de suas ferramentas de produção, em detrimento da evolução tecnológica, servindo então de mão de obra para as indústrias.

A classe operária se submeteu, inicialmente, a esgotantes jornadas de trabalho por quantias irrisórias, ausentes quaisquer meios de segurança no desempenho de suas tarefas.

Ao mesmo tempo que a produção crescia velozmente, beneficiando os capitalistas, a miséria e a exploração colhiam os que, juridicamente livres e iguais em direitos aos donos das máquinas, deviam alugar-se aos mesmos para ter o pão de que viver. As máquinas, por fazerem o serviço anterior de muitas pessoas, aumentavam os braços disponíveis para um mercado de trabalho que crescia menos rapidamente que o das disponibilidades. A concorrência pelo emprego forçava o desempregado a aceitar salários ínfimos para tempo de serviço longo. Forçava a dissolução da família, obrigando a esposa a empregar-se, bem como os filhos, embora crianças, para que houvesse alimento para todos. Assim, o enriquecimento global redundava na prosperidade acrescida, e muito, de alguns e na miséria também acrescida, e muito, da maioria (FERREIRA FILHO, 2001; p. 285).

Nesse cenário, Karl Marx e Friedrich Engels, em fevereiro de 1848, em Londres, apresentaram o Manifesto do Partido Comunista por eles desenvolvido. Esse material apresentava à sociedade a necessidade de criação de um novo sistema político e econômico a partir da tomada do poder pelo proletariado organizado em um partido político comunista, cujo objetivo seria a defesa da classe proletária pelo fim da exploração dos burgueses, que visavam o lucro à partir da exploração humana.

No início de 1848, o eminente pensador político francês Alexis de Tocqueville ergueu-se na Câmara dos Deputados para expressar sentimentos que muitos europeus partilhavam: 'Estamos dormindo sobre um vulcão... Os senhores não percebem que a terra treme mais uma vez? Sopra o vento das revoluções, a tempestade está no horizonte'. Mais ou menos no mesmo momento, dois exilados alemães, Karl Marx, com trinta anos, e Friedrich Engels, com vinte e oito, divulgaram os princípios da revolução proletária contra a qual Tocqueville alertava seus colegas, no programa que ambos tinham traçado algumas semanas antes para a Liga Comunista Alemã e que havia sido publicado anonimamente em Londres, em 24 de fevereiro de 1848, sob o título (alemão) de Manifesto do Partido Comunista, 'para ser publicado em inglês, francês, alemão, italiano, flamengo e dinamarquês'. Em poucas semanas, ou, no caso do Manifesto, em poucas horas, as esperanças e os temores dos profetas pareceram estar na iminência da realização (HOBBSAWN, 1996; p. 27).

Em meados do século XIX, com a Segunda Revolução Industrial, surge o capitalismo financeiro, caracterizado pela fase de expansão do capitalismo que agora, além da Inglaterra, abrangia a França, Alemanha, Estados Unidos e Japão. É nesse momento, pós-Primeira Guerra Mundial que a reconstrução da economia da europeia foi lenta e marcada por várias crises inflacionárias e reformas monetárias.

Enquanto isso, os Estados Unidos da América assumiram, no pós-guerra, a posição de credor mundial. Naquele momento, o país encontrava-se em um período de prosperidade em que a produtividade de suas indústrias crescia rapidamente, devido à aplicação do conhecimento técnico científico aprendido nas décadas anteriores, além das novas tecnologias para a instalação e equipamentos nas fábricas (MOORE, 1968).

Assim, a Primeira Guerra Mundial foi benéfica para a economia dos Estados Unidos.

O presidente Hoover, ainda pouco antes da crise, afirmava: "Dentro em breve avistaremos, com a ajuda de Deus, o dia em que a pobreza será banida do país". E possuía muitos motivos para esse otimismo. [...] artigos de luxo, baixaram de preço, enquanto os salários subiram. O que era luxo passou a ser necessidade (MELLO; COSTA, 2006; p. 334).

Diante disso, a Inglaterra e a França ficaram dependentes de empréstimos a longo prazo do EUA, a fim de recuperarem-se economicamente. Porém, com o restabelecimento da União Europeia, esta passou a depender cada vez menos dos EUA, havendo então mais mercadorias do que consumidores. Assim, a indústria americana não teve mais para quem vender suas mercadorias, sendo, portanto, a oferta maior do que a procura. Conseqüentemente, os preços caíram, a produção diminuiu, o desemprego aumentou e, conseqüentemente, os

lucros caíram, o que fez com que houvesse a retração geral da produção industrial paralisasse o comércio e promovesse a queda da bolsa de valores (FILHO; SOUSA, 2012; p. 8).

Segundo Filho e Sousa (2012; p. 8) “o índice de preços ao consumidor caiu em praticamente todas as principais economias [...] no Japão esses preços baixaram 17,0%, nos EUA mais de 18,0% e na Alemanha e Itália as quedas chegaram a 21,0%”.

Entre 1929 e 1933, o PIB caiu 16,0% na Alemanha e 30,0% nos EUA. Cabe destacar, contudo, que as taxas de crescimento do PIB apresentaram uma enorme disparidade entre os países na década 1920: nos países que registraram um maior crescimento durante os anos 1920, como a França, as quedas foram maiores, enquanto em outras economias, como o Reino Unido, a retração foi menor (FILHO; SOUSA, 2012; p. 8).

Com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, os bancos que anteriormente haviam expandido o crédito por meio de oferta monetária, precisaram restringir os empréstimos e, temendo a desvalorização da moeda, muitas pessoas e empresas sacaram suas reservas, iniciando o período de recessão.

Diversos autores tentaram quantificar os efeitos da derrocada em *Wall Street*. Dois desses efeitos são claros: a baixa de valor do patrimônio e, portanto, do poder de compra para os especuladores arruinados, o que se reflete num enfraquecimento da demanda, e o esgotamento direto de uma fonte de financiamento para as empresas. Nenhum desses efeitos, contudo, parece suficiente para explicar a retração geral da economia americana (GAZIER, 2009; p. 22).

A Grande Depressão teve, também, reflexos no Brasil, por exportar sacas de café aos EUA. Em decorrência da crise essa demanda diminuiu, e as importações retraíram. Diante disso, o governo se viu obrigado a intervir na economia na tentativa de sustentar a demanda, em um fenômeno que ficou conhecido na historiografia nacional como políticas keynesianas¹³:

Foram queimadas ou até mesmo lançadas ao mar mais de 78,2 milhões de sacas de café, no período entre o ano de 1931 ao de 1944. A compra

¹³ O Keynesianismo, ou Escola Keynesiana, é uma doutrina político-econômica que defende o Estado como um agente ativo contra a recessão e alta no desemprego, as ideias do Keynesianismo surgiram com o economista John Maynard Keynes, principalmente a partir da publicação de seu livro "A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda" em 1936, por exigir um governo maior como decisor na economia de um país, o Keynesianismo, gerou uma oposição ao Liberalismo, ideia que defende um Estado o menor possível (Disponível em: <:dicionariofinanceiro.com/liberalismo> acesso em: 29 de abril 2020).

daqueles excedentes para a destruição era financiada, inicialmente, entre 1931 e 1933, pelo imposto cobrado por saca. Depois disso, o imposto passou a ser cobrado por espécie. Assim, a retirada do café do mercado, buscava manter o seu valor de mercado em níveis mais altos do que seriam atingidos em condições normais (FURTADO, 2009apud MAY, 2009; p. 23).

Em 4 de março de 1933, Franklin Delano Roosevelt se tornou presidente dos EUA, iniciando seu governo com indicadores do Produto Interno Bruto (PIB) extremamente negativos, conforme dados de Jorge (2010; p. 317), “[...] o Produto Interno Bruto do país correspondia a 56% do PIB de 1929 e 25% dos trabalhadores estavam desempregados”.

Roosevelt, então, lança o projeto *New Deal* (novo acordo), objetivando a recuperação e reforma da fragilizada economia norte-americana pela criação e aprovação de leis, que se colocariam em prática na forma de diversos sistemas públicos, que Gomes (2006; p. 206) organiza como “[...] criação de um sistema de seguridade social, com benefícios para os trabalhadores em termos de aposentadorias; criação de um sistema de seguro-desemprego; e fornecimento de auxílio financeiro às famílias menos abastadas e com filhos em idade de dependência”.

Ocorre que o *New Deal* não foi o suficiente para que os EUA retomassem o equilíbrio econômico fato que só ocorreria após a Segunda Guerra Mundial. Sobre a insuficiência do *New Deal*, Gomes (2006; p. 206) explica: “[...] o *New Deal* não foi suficiente para promover o retorno da economia norte-americana ao seu estado de pleno emprego verificado nos anos gloriosos do último quartil do século XIX e início do século XX”.

[...] somente a II Guerra Mundial, como ficou constatado na literatura econômica, tiraria a economia dos EUA da situação de estagnação. Portanto, a guerra permitiu aos Estados Unidos superar o quadro recessivo em que ainda se encontrava ao final da década de 1930 [...] apesar de todos os esforços da administração Roosevelt (1933-1945), com o *New Deal*, o fato é que, em 1940, a recuperação não era total; ainda havia oito milhões de desempregados no país, o que equivalia a 15% de sua força de trabalho (TEIXEIRA, 2006 apud GOMES, 2006; p. 206).

Os anos de 1945 a 1973, que se seguiram ao período de reconstrução da grande crise do capital e do segundo pós-guerra, ficaram conhecidos como a “Era do Ouro” do capitalismo.

É nesse cenário que o modelo de produção fordista, iniciado em 1907, caracterizado por um sistema de produção em massa, com controle de tempo e movimentos dos operários, marca também a desqualificação do trabalhador.

Esse processo gera uma nova estruturação social econômica, em que o Estado, capital e trabalhadores assumem, pelo compromisso fordista, a tarefa de garantir o capitalismo como sistema de produção, reprodução e dominação social (TEIXIERA, 2006). Assim, em razão do keynesianismo, marcado pela intervenção do Estado na Economia, foi possível que o Estado assegurasse as conquistas da classe operária ao mesmo tempo que servia à dinâmica da acumulação de capital.

Esses serviços públicos tinham objetivos bem claros: a) responder as reivindicações dos fortes movimentos operários que se insurgiam na época; b) assumir os custos de reprodução da força de trabalho antes pagos exclusivamente com os salários dos próprios trabalhadores; c) oferecer alternativas de fundos de reserva públicos disponíveis para serem investidos em empreendimentos privados dos capitalistas (principalmente na produção e compra de bens de capital que impulsionaram várias inovações tecnológicas); d) liberar parte do salário dos trabalhadores para serem gastos com bens duráveis, principalmente automóveis, que nesta época se transformam na mola de expansão da acumulação do capital; e) e, finalmente, mas não menos importante, oferecer barreiras ideológicas à expansão do socialismo do Leste que, nesta época, se coloca como grande ameaça à sociedade capitalista (MARANHÃO, 2006; p. 15).

A partir daí o fordismo, em aliança ao keynesianismo, se expande mundialmente, tornando-se hegemônico como modo de racionalização do trabalho e regulamentação da economia. No entanto, com essa expansão, o fordismo não consegue atender toda a demanda da sociedade, e devido ao lento crescimento e queda das taxas de lucro, o fordismo-keynesiano entra em recessão econômica generalizada.

Com o fim dos “anos dourados” instaura-se uma crise. A crise dos anos 1970 concretizou-se como crise estrutural, um momento caracterizado pela acumulação flexível em que o capital busca recompor suas taxas de lucratividade que afetam todas as dimensões da vida social, entre elas, a esfera do trabalho com destaque para a reestruturação produtiva com novas formas de gestão e processos produtivos. Consequentemente, implicam-se também mudanças nas condições e relações de trabalho.

A acumulação flexível [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de serviços financeiros, novos mercados e,

sobretudo inovação comercial, tecnológicas e organizacional (HARVEY, 1993; p. 140).

A economia após os anos dourados e a entrada de um novo século trouxe algumas transformações no seu quadro. Esse regime passou a se tornar menos favorável, houve quedas no crescimento e lucros do capital, com novos meios de produção nas fábricas e menos intervenção do Estado na economia a partir de orientações do neoliberalismo.

Inicia-se, nos anos 1980, a chamada “Revolução Informacional”, juntamente com a Terceira Revolução Industrial. Esse período trouxe inovações como microeletrônica, a informática, a robótica, que transformaram as relações de trabalho e de produção, dando origem a novos processos de gestão empresarial, o que implica impactos nas relações de trabalho e condições de produção do capital (ANTUNES, 2006; p. 23).

Com isso, o taylorismo e o fordismo dividem espaço com outros processos produtivos, em especial, os desenvolvidos de experiência japonesa – o toyotismo. Processos inovadores de trabalho emergem e buscam adequar a produção aos fundamentos recentes do mercado e, assim, formas como o cronômetro e a produção em série e de massa vão sendo substituídas pela produção, acumulação e especialização, mais flexíveis (ANTUNES, 2006).

Acompanhando a Revolução Informacional, surge o “novo liberalismo” ou neoliberalismo econômico, reordenando as relações entre Estado e a sociedade civil, o que redefine o papel do Estado, ocasionando o que Telles (1998) denomina de “privatização do espaço público”. Assim, é nesse cenário que a reestruturação produtiva se efetiva, surgindo, com ela, inúmeras consequências à classe trabalhadora, no campo das políticas sociais, condições de trabalho, etc.

Após o início da crise do capital, com o grande aumento do preço do petróleo, houve uma grande queda nas taxas de lucro do capital, a diminuição da produtividade, entre tantos outros vários acontecimentos, inúmeras consequências para classe trabalhadora, que afetaram diretamente as políticas sociais.

Dos anos 1970- ao qual nos referimos daqui para a diante, quando estivermos analisando seus elementos numa perspectiva ampla, como “reestruturação produtiva”- somente pôde ser efetivado mediante a um conjunto de políticas estatais que flexibilizaram, mais ou menos, conforme o caso, as barreiras institucionais constrangedoras das consequências destrutivas do sistema de livre mercado sobre as condições nacionais de

desenvolvimento econômico e social, especialmente no caso das economias periféricas (PINTO, 2013; p. 47).

O novo modelo de produção e de trabalho passou a ser flexível, com o modo de produção toyotista. Agora, o mesmo empregado da fábrica poderia fazer vários serviços, ir para onde precisar. Eram separados por sua escolaridade, com base na qual assumiriam atividades com novas estratégias, pois com o Estado neoliberal, as indústrias prezavam as suas demandas. A segunda esfera de trabalhadores era composta pelos menos escolarizados, que possuíam apenas contratos temporários.

A conjunção dessas duas vias de transformações, e reestruturação produtiva e a flexibilização da ação estatal interventora no movimento de livre mercado, tem resultado no aumento de segmentação da classe trabalhadora em dois grupos distintos (PINTO, 2013; p. 49).

Com essas mudanças de cenário, as condições de trabalho ficaram ainda piores. Os trabalhadores são contratados temporariamente, não têm renda fixa, convivem com a precariedade do emprego, da remuneração, a desregulamentação negociada ou veem regredir constantemente seus direitos sociais (AUGUSTO, 2013). Esses trabalhadores estão à margem dos processos de terceirização e informalização do trabalho.

A divisão dos trabalhadores nas fábricas traz também consequências na esfera social, afetando a sua organização política e de seus sindicatos. Neste mesmo momento vivia-se um desemprego em massa, pois, com a Terceira Revolução Industrial, a Revolução da Tecnologia tomava as fábricas.

Conforme Mota (2009):

[...] as condições de vida e trabalho do enorme contingente de pessoas que vive à margem da produção e do usufruto da riqueza socialmente produzida, são reveladoras de que a desigualdade social é inerente ao desenvolvimento do capitalismo e de suas forças produtivas. (MOTA, 2009; p. 21)

No Brasil, essas transformações se especificam durante a década de 1990, trazendo à tona mudanças no mundo do trabalho, nas políticas sociais e na forma e conteúdo da intervenção do Estado. É nesse momento em que Collor assume o poder e atua incorporando um novo ideário político e econômico, noticiado pela minimização do Estado e recuo das políticas e dos direitos sociais.

[...] a nova agenda política de ajuste passou a ser dominada por temas como refluxo do Estado e primazia do mercado através das políticas de abertura comercial e financeira ao capital internacional, desregulamentação e privatização, redução dos fundos públicos para o financiamento das políticas sociais, enfim, uma agenda que só podia ser conduzida contra as conquistas de 1988 (DURIGUETTO, 2007; p. 171).

O processo de reestruturação produtiva ganha forças na realidade brasileira a partir dos anos 1990 devido a dois fatores: pela crise econômica no mercado interno e pela política de abertura adotada pelo governo Collor.

A partir disso, as empresas se viram obrigadas a buscar inovações mais assertivas e a utilizar estratégias de produtividade e qualidade para fazer frente à concorrência internacional. É nesse momento que elas começam a investir em modernização de sua produção e muitas companhias começam a adotar o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), lançado em 1990 pelo governo federal (RUAS, 1994; p. 02).

De acordo com esse programa, a reestruturação produtiva era uma forma de alcançar a modernização das indústrias, e, conseqüentemente, levar o país a se inserir no mercado globalizado através da modernização. Porém, em razão das implicações espaciais apresentadas pela instauração da reestruturação produtiva, evidenciada pela desconcentração industrial, as empresas passam a buscar novos lugares, onde a mão de obra seja mais barata e não ocorram “deseconomias de aglomeração”.

Em geral, sob a rubrica de “deseconomias de aglomeração”, reúne um conjunto variado de causas que vão desde os maiores custos de transporte, de terrenos, salariais, e dos serviços públicos ou da infra-estrutura, até condicionantes que se refletem sobre a produtividade ou sobre a organização da produção, como congestionamentos, maiores tempos de transporte, aumento do poder sindical dos trabalhadores, redução da produtividade do trabalho associada à queda da qualidade de vida nas grandes cidades etc (PACHECO; NEGRI, 1994; p. 62).

Porém, a desterritorialização das firmas, ao dispersar as concentrações operárias, trouxe conseqüências que afetaram a composição da classe trabalhadora, devido aos impactos diferenciados nos jovens, nas mulheres e trabalhadores qualificados e não qualificados. Este processo resultou uma grande diversidade de questões e interesses que rebatiam nas motivações e prioridades das suas lutas, uma vez que, devido ao desemprego, a força de trabalho se via disposta a qualquer tipo de emprego.

No ambiente político desse processo, o que se observa é um mercado de trabalho desestruturado, tanto pela flexibilização da produção quanto pela gestão das relações produtivas, introduzindo novas formas de contrato de trabalho, pela terceirização e trabalho domiciliar, por exemplo, e criando um mosaico de situações jurídicas e profissionais que tornam pouco visíveis os laços de classe existentes entre os trabalhadores, além de fragilizar o núcleo do trabalho estável e organizado (SANTOS, 2006; p. 450).

Nesse sentido, as mudanças no mundo do trabalho no contexto de crise do capital e reestruturação produtiva têm rebatimentos na vida das mulheres, estas cada vez mais inseridas em processos de intensa e profunda precarização e exploração da sua força de trabalho.

A discussão da divisão sexual do trabalho se enfatiza melhor nos anos de 1970, a partir das pesquisas sobre mudanças do mundo do trabalho. Segundo Helena Hirata (1989), há uma diferenciação quando se caracteriza o trabalho dividido por sua desqualificação e superqualificação. Suas divisões se dão inicialmente nas formas de trabalho: quem manda e quem detém os meios de trabalho e a sua inteligência, e sequeentemente quem detém da força de trabalho.

Antes de se falar de divisão sexual do trabalho, é necessário refletir sobre a divisão do trabalho relacionando capital *versus* trabalho. Nesse contexto, quem detém os meios de produção tem uma legitimidade e se beneficia maior nessa divisão, que é uma luta intensa sobre o poder da produção.

Portanto, a desigualdade da compra da força de trabalho se perpetua e é aí quando a classe trabalhadora se destaca para luta. Segundo Hirata (1989), os trabalhadores reconquistam uma parte do poder quando são levados a remediar as falhas técnicas, com uma percepção crítica, e sobre a correlação de forças que intensifica a luta, fazendo-se buscar pelas melhorias. As desigualdades na esfera produtiva, de divisão sexual do trabalho, estão relacionadas ao preconceito e às desigualdades sociais de gênero e “raça”.

Com as crises do trabalho que são consequências das crises do capital, a divisão sexual encontra-se inserida nas relações sociais há muito tempo. Desde os primórdios, essa desigualdade de atribuições de tarefas dos sexos é existente. As responsabilidades entre homens mulheres são diferentes, mas não só pela diferença sexual biológica.

A designação de atividades diante da sociedade caracterizava a divisão sexual do trabalho. As atividades produtivas¹⁴ eram designadas aos homens e as atividades reprodutivas às mulheres, perante uma sociedade patriarcal, racista e machista.

As características anteriores à divisão sexual do trabalho eram bastante desiguais. Os homens eram os trabalhadores e as suas atividades tinham um maior valor por transformarem sua força de trabalho em mais-valia¹⁵ - podiam escolher para quem e onde vender sua força de trabalho. Para as mulheres eram designadas atividades de reprodução, tornar-se mãe e “rainha” do lar, se ocupar de atividades domésticas, serviços menos valorizados socialmente.

Ao analisarmos a divisão sexual do trabalho voltada para a acumulação do capital e o sistema capitalista, a exploração da força de trabalho é muito vigente, ainda mais quando se fala na exploração do trabalho da mulher. Segundo Cisne (2012; p. 111), fundamentada no pensamento de Engels (1979):

A primeira divisão do trabalho foi a existente entre a mulher e o homem para a procriação e “(...) o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e mulher na monogamia e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino (ENGELS, 1979 *apud* CISNE, 2012; p.111)

As desigualdades e os antagonismos entre as classes que resultavam na própria discriminação entre as classes e interesses diferentes levavam à opressão e exploração das mulheres. Segundo Lobo (1991 *apud* CISNE, 2012), é necessário “desomogeneizar” a classe trabalhadora, afirmando que a mesma era dividida por dois sexos, pois as condições de trabalho das mulheres necessitavam ser avaliadas a partir das relações sociais.

A perspectiva de gênero auxiliava nesse debate, pois o mesmo descreve e representa a mulher diante a sociedade, ajuda a identificar significados e a impor

¹⁴ Atividades produtivas na economia querem dizer, produção é um processo que consiste na combinação dos fatores de produção com a finalidade de satisfazer necessidades humanas, em termos de bens ou serviços (disponível em < <https://profes.com.br/tira-duvidas/economia/o-que-e-a-atividade-produtiva/>> acesso em: 26/05/2020).

¹⁵ A mais valia é um conceito da sociologia criado pelo alemão Karl Marx (1818-1883) no século XIX, o qual está relacionado com a força de trabalho, o tempo de realização e o lucro obtido. Trata-se de um conceito da economia política marxista em que o valor do trabalho e o salário recebido pelo trabalhador denota uma desigualdade. Ou seja, o esforço do trabalhador não é convertido em valores monetários reais, o que desvaloriza seu trabalho (disponível em:< <https://www.todamateria.com.br/a-mais-valia-de-karl-marx/>> acesso em: 25/05/2020).

condições quando se fala do mundo do trabalho. Segundo Cisne (2012), a superexploração da mão-de-obra afetava nitidamente as mulheres no seu trabalho e na venda da sua mão-de-obra, mas o capital não valoriza, ainda mais quando se remetida à esfera privada.

Segundo Cisne (2012), a divisão sexual do trabalho não pode ser compreendida como um processo natural, muito menos carregado por uma suposta neutralidade. Pelo contrário, é um processo fundamentado em intencionalidades, valores e concepções; ela corresponde primordialmente à esfera produtiva e reprodutiva da sociedade. Homens são produtivos e mulheres reprodutivas, objetivos dados por uma sociedade patriarcal que se propagada até os dias de hoje. Felizmente, já houve transformações e as mulheres têm se contraposto a essa realidade dada.

A subordinação entre o sexo feminino e masculino é bem latente e o seu viés patriarcal faz com que ela se exponha também na divisão sexual do trabalho. Essa ação nos permite observar que as desigualdades e exploração são mais consideráveis no trabalho das mulheres, em seu trabalho reprodutivo e sem remuneração (trabalho doméstico). Assim, essa divisão mostra que o homem tem a prioridade sob os instrumentos de trabalhos.

Tebet (2005) aponta que o “controle masculino sobre os instrumentos constitui um dos elementos da relação de classe entre mulheres e homens” (p. 75). As oportunidades são maiores de se chegar ao nível mais elevado de especialização e destaque na esfera social para homens. Isso é baseado na crença equivocada de que as figuras masculinas detêm o controle e uma força natural dos limites do corpo humano.

Como já dito, no sistema capitalista a burguesia detém o acúmulo do capital e dos meios de produção. Conseqüentemente, a figura masculina ocupa este lugar como donos do capital e possui também o controle das técnicas e armas, mostrando que a desigualdade na divisão sexual do trabalho se sobressai mais latente sobre a mulher.

Ao analisarmos a categoria gênero em relação à construção social da divisão sexual do trabalho, características que contribuem na participação da produção e reprodução do capital, a participação das mulheres é baixa quando se fala do acúmulo do capital. Foi dado a elas a função de reprodução, trabalho não

remunerado, que não fazia parte do engrandecimento da mais-valia capitalista - isso na esfera privada.

É importante lembrar que o âmbito da reprodução é fundamental para a acumulação capitalista, pois é um trabalho não pago e extremamente funcional ao capitalismo, pois trata-se da reprodução da força de trabalho, da prole e da família. Na esfera pública, além da não valorização financeira, há também a exploração intensificada.

Segundo Cisne (2012), a partir do pensamento de Ricardo Antunes, se “evidencia o nítido caráter de classes, ou ainda, o ‘jogo’ de interesses presentes por trás dos modelos de gênero estabelecidos” (p. 100) em que a sociedade reflete a imagem da mulher e trata a mesma com dupla exploração e a institui várias jornadas de trabalho.

Isso se dá porque, mesmo se a mulher tiver um vínculo empregatício, ela ainda continua exercendo seu trabalho dentro de casa, tornando-se duplamente explorada pelo capital. Essa dupla exploração, às vezes – ou quase sempre – passa despercebida, pois é naturalizado na sociedade que é obrigação da mulher o seu papel de “rainha do lar” e de subalternidade com relação ao homem.

A análise da divisão sexual do trabalho permite perceber nuances da exploração capitalista muitas vezes despercebidas devido à naturalização da subalternidade das mulheres nesta sociedade, assim como de papéis por elas desempenhados. Não perceber o conteúdo de gênero presente nas relações de trabalho e produzir uma “distorção que aproxima o discurso sociológico da sociedade espontânea” (CISNE, 2012; p.112).

As feministas marxistas insistiam no seu debate que as desigualdades relacionadas ao sexo eram fruto de uma hierarquização vinda de uma construção sócio-histórica e do patriarcado existente. A divisão sexual do trabalho mostra que mesmo a mulher tendo todos os requisitos necessários para um vínculo empregatício, ela vai ser discriminada de alguma forma pela sociedade.

Tais formas de discriminação afetam a vida do ser humano como um todo. As feministas lutam para que as oportunidades para as mulheres, inclusive as mulheres negras, sejam de igualdade, autonomia, melhores condições de vida e de trabalho.

Nos últimos anos, tem aumentado a consciência de que homens e mulheres, brancos e negros vivenciam o mundo do trabalho de forma diferenciada. As discriminações de gênero e raça são fatores que

determinam fortemente as possibilidades de acesso e permanência no emprego, assim como as condições de trabalho, incluindo os níveis de remuneração, os direitos e a proteção social a ele associados. Não por acaso, são as mulheres e os negros que detêm os piores indicadores do mercado de trabalho: estão sobre-representados entre os/as trabalhadores/as informais e em empregos precários, têm os menores rendimentos e menos acesso à proteção social (FREIRE, 2013; p.09).

Esses apontamentos sobre as transformações contemporâneas do capital e seus rebatimentos na economia, no Estado e no mercado de trabalho, indicam que possuem efeitos na luta de classes e na divisão sexual do trabalho. As mulheres estão inseridas nos processos de precarização e exploração, seja na mão de obra barata, com salários desiguais ou em forma de trabalho informal. É nítido que as mulheres precisam das lutas para que seus direitos sejam efetivados e que a igualdade entre os homens e mulheres se faça valer de forma justa.

No próximo item, abordaremos o mundo do trabalho relacionado ao racismo, patriarcado e à formação socioeconômica do país. Será, ainda, estabelecida sua relação com a superexploração da força de trabalho, marcada pelo racismo e pelo patriarcado, que são elementos demarcadores das relações sociais que estruturam a sociedade brasileira e têm expressões no mercado de trabalho contemporâneo.

3.2 Mundo do trabalho, racismo e patriarcado na particularidade da formação socioeconômica do Brasil

O trabalho está presente na vida do ser humano desde o início de sua existência. Desde então, é uma das coisas mais importantes, ou a mais importante para o ser humano.

Na dinâmica da sociabilidade capitalista é somente a partir da venda da força de trabalho que é possível para um indivíduo possuir subsídios para a sua existência e o sustento da sua família. O mundo do trabalho é um cenário que vive em constante mudança, sobretudo em um contexto de crise do capital, o que gera vários desafios para a classe trabalhadora.

Conforme se pode observar no item 3.1 da presente monografia, o mundo do trabalho, no contexto do desenvolvimento do sistema capitalista em âmbito mundial, sofreu inúmeras alterações ao longo dos séculos. Assim, como se sabe, quem detém os meios de produção é o capitalista.

Diante disso, o cenário mostra que, de um lado tem-se o dono do capital e, de outro, os possuidores da força de trabalho. É sob essa condição “livre” e carente dos meios de produção que os trabalhadores vendem a força de trabalho como uma mercadoria – a única “coisa” que o trabalhador possui nessa sociabilidade.

Além da modificação do trabalho em mercadoria, surge um entendimento de instrumentalidade econômica do trabalho, em que esta valia tanto mais quanto aumentavam os rendimentos do detentor do capital (ANTHONY, 1977). Esse modo de visão do trabalho contrariava os objetivos de se buscar uma máxima lucratividade nos modelos do regime de trabalho capitalista.

Para Giovanni Alves e Ricardo Antunes (2004), a classe trabalhadora engloba o conjunto dos assalariados, homens e mulheres, que comercializam sua força de trabalho e que não são donos dos meios de produção.

Durante das fases de mundialização do capital e da reestruturação do trabalho, o emprego masculino e o feminino foram desigualmente afetados. Diante disso, o trabalho masculino estabilizou-se, e o emprego feminino remunerado acendeu. Tais mudanças no padrão de inclusão das mulheres no mercado modificaram, também, a forma de participação de homens e mulheres na renda familiar e doméstica.

Fernandes (2018) assevera que toda força de trabalho é uma mercadoria, mas quando se considera a composição multirracial, nem sempre os trabalhos iguais são mercadorias iguais. Quando se considera o sexo e a “raça”/etnia, se percebe que as mulheres negras são as “mercadorias” mais baratas do sistema capitalista.

Na América Latina, a superexploração da força de trabalho se determina pela divisão de gênero, pelo racismo e pelo patriarcado, que são elementos demarcadores das relações sociais, que estruturam o Brasil e nosso particular modo de produção capitalista.

Saffioti (1987), discorre sobre haver uma espécie de “nós” entre patriarcado-racismo-capitalismo, ou seja, esses sistemas estão intimamente ligados e cumprem uma funcionalidade na sociabilidade capitalista.

Para a autora, “há uma estrutura de poder que unifica as três ordens – de gênero, de “raça”/etnia e de classe social, embora as análises tendem a separá-las. Aliás, o prejuízo científico e político não advém da separação para fins analíticos, mas sim da ausência do caminho inverso: a síntese” (SAFFIOTI, 1987; p. 125).

Saffioti (1987) discorre ainda sobre a relação entre capitalismo dependente-racismo-patriarcado destacando que:

[...] a análise das relações de gênero não pode, assim, prescindir, de um lado, da análise das demais, e, de outro, da recomposição da totalidade de acordo com a posição que, nesta nova realidade, ocupam as três contradições sociais básicas (SAFFIOTI, 1987; p.134).

O abuso da força de trabalho feminino esteve presente em diversos momentos da história, por ser lucrativo e eternizar um sistema de poder e domínio do homem, branco, heterossexual e cristão no controle da sociedade.

[...] quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas [...] não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração [...] não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo (SAFFIOTI, 1987; p.138-139).

Em relação ao racismo, é preciso trazer à lembrança alguns elementos das formações econômico-sociais para que seja possível entendê-lo. A América Latina realizou revoluções burguesas que não alcançavam os indígenas e a população negra. Como destaca Ianni (1966), as definições dos conflitos “raciais” na América Latina são verificadas no sistema capitalista em desenvolvimento.

Antes de ser um fenômeno étnico ou racial, demográfico ou cultural, a “questão racial” é uma expressão das tendências de acomodação, reajustamento ou expansão dos mercados de força de trabalho, em escala regional ou nacional. Esta é a sua natureza fundamental, que dá sentido às suas expressões sociais, culturais, demográficas, políticas, as quais, quando são vistas isoladamente, pouco elucidamos problema. Tanto nos países de emigração como naqueles em que os imigrados ou seus descendentes se encontram em absorção, a questão tem em sua base esse componente estrutural determinante [...] são certas transformações em curso nos setores primário, secundário e terciário da economia dos países em industrialização que estão na base do “problema racial”, na medida em que a desagregação da ordem econômico-social escravocrata libertou forças produtivas capazes de iniciar a expansão industrial que está reintegrando e diferenciando a estrutura global (IANNI, 1966; p. 44).

Davis (2016), em pesquisa acerca da realidade das mulheres negras norte-americanas, aborda em seu livro elementos que colaboram com a reflexão sobre o racismo na América Latina. Nesse sentido, a autora pondera que:

[...] as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a

elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovida de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016; p.19).

As mulheres escravizadas, tanto nos EUA quanto na América Latina, sofriam agressões físicas, como açoitamentos e mutilações. Elas eram estupradas, o que, na essência, significava “[...] uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (DAVIS, 2016; p. 20).

Na América Latina, as mulheres negras tiveram sua história marcada pela violação dos seus corpos objetificados como propriedade para fins de satisfazer os desejos dos senhores e, mais tarde, com o advento do capitalismo, dos homens e da sociedade de uma forma geral.

Essa forma ilimitada de acesso aos corpos e, também, da força de trabalho das mulheres negras na época da escravidão deu forma a uma sociedade racista que, em parceria ao capitalismo dependente, permanece apropriando e violentando as mulheres negras. No que diz respeito à esfera trabalhista, percebe-se uma grande diferença entre a situação das mulheres negras em relação às mulheres brancas.

Para Davis (2016), o grande espaço que o trabalho toma na vida das mulheres negras reporta o padrão constituído nos anos de escravidão. As negras, ao serem inseridas no trabalho obrigatório, não usufruem da vinculação de espaço privado como as mulheres brancas.

O sistema de ideias do que seria o feminino, presente no século XIX, por exemplo, ratifica o papel das mulheres como mães, protetoras, parceiras e donas de casa amáveis e cuidadosas com seus maridos e familiares, o que não incluía as mulheres negras que, com o capitalismo, ocupam espaço profissional de empregadas domésticas, trabalhadoras informais, sendo, em grande maioria, as mais mal remuneradas no mercado de trabalho.

O trabalho surge a partir da necessidade do homem obter recursos diante da natureza, transformá-la para atender suas necessidades. Porém, o labor assume particularidades na dinâmica capitalista fundamentalmente baseado em processos de exploração para acumulação do capital.

Ao mesmo tempo, mesmo na dinâmica do modo de produção capitalista é necessário fazer referência às particularidades desse processo nas formações nacionais. Diante disso, nosso foco aqui são as particularidades da formação social brasileira, que dá contornos específicos à forma e ao conteúdo do mercado de trabalho aqui estruturado.

Dessa forma, são algumas determinações sócio-históricas que determinam o mundo do trabalho. No Brasil há um caráter peculiar de (re) produção e organização da força de trabalho, obedecendo uma lógica norteadora e particular, que se faz em uma diversidade e possibilidade de estruturação dos meios de produção. Assim, é possível um acúmulo do capital que se dá em múltiplos contornos, trazidos pela exploração da força de trabalho em um país com passado colonial-escravista, o que tem implicado em relações compósitas ou híbridas de trabalho na contemporaneidade (TRINDADE, 2017).

O “fordismo à brasileira”, segundo Trindade (2017), é caracterizado pela ausência empregos estáveis, implicando uma rotatividade e instabilidade no mercado de trabalho, mesmo quando o trabalhador é qualificado.

No Brasil, o desenho específico assumido pelo sistema fordista sempre esteve embalado por consideráveis níveis de precarização do trabalho e por frágeis e frouxas relações laborais, as quais se agravam cada vez mais nos tempos da contemporaneidade, na exata medida em que alterações processadas no mundo do trabalho têm contribuído para degradar, mais intensamente, as condições de vida e existência da classe trabalhadora brasileira (TRINDADE, 2017; p. 77).

O Brasil passou por um bom momento de crescimento na industrialização com o avanço das tecnologias. Por volta de 1955, o projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek foi um momento histórico no qual houve um aumento da economia brasileira, com ênfase na centralidade do setor de bens duráveis e automóveis.

Apesar desse crescimento nas indústrias, a classe trabalhadora não foi beneficiada. Os empregos das grandes indústrias não eram estáveis, havia muitas demissões, havendo a precarização do trabalho e permanente insegurança na relação de emprego na realidade brasileira (TRINDADE, 2017).

Com essa histórica desvalorização da mão de obra do trabalhador que faz parte da formação social e econômica do Brasil, existem grandes taxas de lucratividade devido aos intensos processos exploração da mão-de-obra. Outro

ponto que também afeta a esfera do trabalho são as discriminações de “raça”, classe e gênero. Esses segmentos são afetados pela informalidade, subemprego, baixos salários e desigualdade de rendimentos.

Há uma grande ausência de garantias de empregos formais para a classe trabalhadora. Com isso, há uma grande expansão da informalidade e de empregos terceirizados. O processo de formação social e econômica do Brasil exclui qualquer tipo de estabilidade para os seus trabalhadores. Com o processo de submissão e imposições à classe trabalhadora, diante o capitalismo, há um elevado padrão de exploração da força de trabalho, quantitativa e qualitativamente (TRINDADE, 2017). Tais indicativos são importantes para situar as condições e relações de trabalho em que estão as mulheres trabalhadoras na sociedade brasileira.

O Brasil, em sua atual realidade, ainda é um país com um nível de desigualdade acentuada - aliás, nunca deixou de ser, desde as práticas da escravidão, que, apesar da abolição, ainda continua existindo, porém, de forma “maquiada” e isso é um traço da formação socioeconômica do país.

É fato – significa desnudar o modo pelo qual as relações patriarcais de gênero, de classe e étnico/“raciais” se expressaram enquanto categorias que estão em profunda interação e produzem dinâmicas desiguais e contraditórias numa formação econômico-social particular. Resultado de nossa inserção subordinada e complementar na divisão internacional do trabalho, que assiste, até o tempo presente, “a contradição entre um desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa” (p. 349) como requisito fundamental do acirramento da acumulação capitalista (NOGUEIRA, BEZERRA, 2018; p.11).

As mulheres só cresceram no mercado econômico na esfera informal de terceirizados, onde suas condições de trabalhos eram precárias e os salários baixos. Nesse sentido, a informalidade não deve ser apreendida como um atraso a ser superado com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mas como característica elementar de nossa formação socioeconômica e do atual estágio do desenvolvimento capitalista em âmbito mundial (NOGUEIRA; BEZERRA, 2018; p.14).

A formação socioeconômica do Brasil, como podemos analisar, está voltada para o seu acúmulo de capital e geração de riquezas, sendo construídas em cima da mão de obra desvalorizada do trabalhador. A superexploração do trabalho e o acúmulo de capital no país apontam a necessidade de compreender e lutar contra essas opressões e desigualdades da sociedade capitalista patriarcal e racista.

Não há como combater a exploração do sistema capitalista sem combater o sistema patriarcal e racista que oprime as pessoas, as mulheres e a classe trabalhadora.

Desse ponto de vista, nenhuma forma de opressão pode ser entendida ou superada isoladamente, e a luta contra a opressão-exploração deve contemplar e incluir todas as camadas de oprimidos (MORAES, 2015 *apud* BARROSO, 2018). As relações sociais de classe, gênero e “raça” devem ser analisadas como opressões e imposições dessa formação social que o país apresenta historicamente e se perpetua na contemporaneidade.

3.3 Trabalho informal de mulheres no Brasil contemporâneo

A informalidade ou trabalho informal é uma das maneiras de sobrevivência da população devido à sua capacidade de gerar trabalho e renda. Esse conceito pode ser adotado como economia informal e é visto como uma atividade produtiva que gera um meio de subsistência, mas, ao mesmo tempo, é um trabalho desprotegido.

O trabalho informal sofreu muitas transformações desde o período da escravidão até os dias de hoje. Pensava-se que trabalho informal era só aquele em que a pessoa fazia algo em sua casa e vendia aos vizinhos, por exemplo. Mas não é só. Há uma enorme diversidade de atividades que podem ser consideradas como trabalho informal e que são também mal remuneradas e sem garantias trabalhistas.

Existe um conceito chamado de “processo de informalidade”, associado, de um lado, às diferentes formas de auto emprego, ou seja, às estratégias de sobrevivência relacionadas com o trabalho por conta própria ou o trabalho em microempresas e, de outro, ao movimento de reorganização do trabalho assalariado, dado pelo enorme crescimento de formas de emprego assalariado sem carteira assinada e com de vínculos de trabalho “flexíveis”, que se expandem nos distintos setores da indústria e dos serviços por meio dos processos de terceirização (CACCIAMALI, 2000). Essas características são típicas de um mercado de trabalho no contexto de reestruturação produtiva que discutiremos anteriormente.

O trabalho informal muda conforme as crises econômicas pelas quais o Brasil passa. A característica maior dos trabalhadores informais brasileiros é a de serem autônomos que já trabalharam em empregos formais. Na atual realidade, em

que o Brasil vive um contexto de crise do capital, o trabalho informal é a opção encontrada para o sustento de muitos trabalhadores, porém sob condições bastante adversas. Do ponto de vista de gênero, o trabalho informal em sua grande maioria é realizado pelas mulheres. Essas mulheres entram no trabalho informal não por sua própria vontade, mas por necessidade, submetendo-se aos processos de precarização e exploração.

A luta das mulheres contra a exploração do trabalho não é de hoje. Desde os primórdios elas lutam para ter um papel na sociedade, pois, até então, o seu papel era apenas de “reprodução” e não de “produção”. Diante da realidade do desemprego e do alto nível do exército industrial de reserva, como já foi citado no capítulo anterior, a esfera social mais atingida é a das mulheres. Para elas, são designadas atividades com baixas remunerações e sem direitos devidos.

A sociedade capitalista vem taxando formas de romantizar o trabalho informal das mulheres através do discurso do “empoderamento” obtido com o “empreendedorismo”. Entretanto, como já foi dito, elas se encontram nessa situação por uma necessidade de renda para levar o sustento para suas famílias.

No Brasil contemporâneo, a realidade é de mulheres que vivem em “risco social”, no sentido da desproteção social de responsabilidade do Estado. Mulheres são as chefes de suas famílias, pois, na maioria das vezes, são mães com seus filhos.

Com essa nova ideia de romantizar o trabalho informal, o discurso da classe capitalista é de que as mulheres estão saindo da sua zona de conforto e buscando novos progressos, se tornando empreendedoras, donas do seu próprio negócio.

Mas esse processo vem trazendo vários desafios para as mulheres, traduzidos em expressões de desigualdades históricas de gênero, classe e “raça”, pois muitas mulheres que saem de suas casas para realizar o trabalho informal não estão resguardadas por direitos trabalhistas, estigmatizadas pela ausência de um salário digno e desprotegidas socialmente.

Deve ser analisado o porquê de as mulheres estarem inseridas no trabalho informal, pois a maioria dessas mulheres saem de suas casas, sem qualquer garantia que vão voltar com aquilo que esperava e/ou necessitavam. As mulheres estão sempre mais vulneráveis às mudanças no mundo do trabalho, pois, quando há crises do capital, elas são as primeiras a serem afetadas de várias

formas: demissões, diminuição salarial, corte de direitos entre outras consequências. Sendo assim, são elas o segmento social mais afetado, em particular as mulheres negras.

Em sua grande maioria, as mulheres gostariam de estar em empregos formais, com horário para entrar e sair, com salário adequado em sua conta todo início de mês. Entretanto, a realidade é que essa escolha não é dos sujeitos individuais exclusivamente, dependendo de várias outras determinações da sociedade capitalista.

Falando do Brasil contemporâneo, no início desse novo século XXI, ainda permanecem alguns traços e discursos históricos de que as mulheres não precisavam e nem deveria ganhar dinheiro, deixando assim a figura masculina como único provedor do lar. Contudo, as coisas foram mudando, as mulheres jamais aceitaram isso. Mesmo em casa, fazia parte do trabalho informal, com bordados, doces, etc.

Com grande luta e com o passar dos anos, as mulheres têm, aos poucos, conseguido seus direitos no mundo do trabalho. No Brasil, o número de mulheres no trabalho formal vem crescendo. Todavia, ainda assim, os homens são maioria no trabalho e os melhores beneficiados.

No Brasil, as mulheres são 41% da força de trabalho, mas ocupam somente 24% dos cargos de gerência. O balanço anual da Gazeta Mercantil revela que a parcela de mulheres nos cargos executivos das 300 maiores empresas brasileiras subiu de 8%, em 1990, para 13%, em 2000. No geral, entretanto, as mulheres brasileiras recebem, em média, o correspondente a 71% do salário dos homens. Essa diferença é mais patente nas funções menos qualificadas. No topo, elas quase alcançam os homens. Os estudos mostram que no universo do trabalho as mulheres são ainda preferidas para as funções de rotina. De cada dez pessoas afetadas pelas lesões por esforço repetitivo (LER), oito são mulheres. (PROBST, 2015; p. 02).

Essa realidade das mulheres não as afeta apenas no presente, mas em todo o curso de suas vidas. Estar inserida no mercado de trabalho informal significa ausência de proteção social, em particular a não garantia de que em sua velhice a mulher poderá contar com segurança salarial, no caso a aposentadoria. Segundo os estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em relação à velhice da população, o número de mulheres pobres e que vivem em situação de risco social é maior que o dos homens, pois os mesmos ocupam cargos de melhor remuneração e trabalho formal.

Segundo os estudos da OIT realizado em março de 2018, o mesmo aponta que mulheres ainda são menos propensas a atuar no mercado de trabalho do que os homens na maior parte do mundo.

De acordo com o relatório Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo: Tendências para Mulheres 2018, a taxa global de participação das mulheres na força de trabalho – de 48,5% em 2018 – ainda é 26,5 pontos percentuais menor que a taxa dos homens. Além disso, a taxa de desemprego global das mulheres em 2018 – de 6% – é aproximadamente 0,8 pontos percentuais maior do que a taxa dos homens. No total, isso significa que, para cada dez homens empregados, apenas seis mulheres estão empregadas (GREENFIELD, 2018; p. 02).

As várias formas de discriminação que afetam as mulheres no mundo do trabalho. Se destacam, principalmente, as desigualdades de salários e a reserva de cargos menos valorizados em empresas, nesse sentido, provocando a necessidade de que as mulheres lutem ainda mais por direitos e remunerações iguais e justas. Há também medidas que podem ser tomadas para tentar mudar essa realidade, relacionadas às políticas econômicas e sociais.

A Agenda Hemisférica de Trabalho Decente, apresentada pelo Diretor Geral da OIT na XVI Reunião Regional Americana dessa Organização, associa essas duas perspectivas quando se refere à necessidade de conjugação das políticas econômicas e sociais tendo como meta a geração de empregos. Assim, ao relacionar as medidas básicas necessárias ao efetivo cumprimento dos direitos fundamentais do trabalho, a Agenda destaca, no campo do combate à discriminação: Políticas antidiscriminatórias e de ação afirmativa que atuem sobre a oferta e a demanda de trabalho, bem como sobre os mecanismos de intermediação de mão de obra; Transversalização do princípio da não discriminação e da igualdade em todas as políticas de emprego; Sistemas de indicadores para monitorar a evolução das desigualdades (ARRUDA, SANCHES, 2010; p. 51).

Os ambientes recessivos e de baixa geração de oportunidades têm efeitos negativos muito conhecidos sobre o desenvolvimento dos países. Quando essas mulheres encontram um emprego formal, há também dificuldades de sua permanência no mesmo, pois muitos postos de trabalho exigem que elas estejam até em horários não comerciais. Já na volta no seu caminho para casa, correm o risco de assédios e estupros com chances elevadas que as impedem de permanecer. Já com relação à figura masculina, o homem anda nas ruas, em geral, sem medo de sofrer algum abuso relacionado ao seu sexo, gênero.

Outro ponto também que dificulta e afasta a mulher do mercado de trabalho formal está relacionado à sexualização dos corpos. Empresas as contratam

não por sua capacidade, formação, comprometimento e integridade do trabalho, mas pelo seu corpo e aparência física. Ou seja, as mulheres estariam apenas para “vender” a sua imagem corporal, e muitas das vezes, até sendo vítimas de assédio moral e físico. Já as mulheres que não se encaixam nesse “padrão de beleza” estabelecido pelas empresas estão de fora de suas listas de contratação, levando ao ponto específico desse assunto: o desemprego, que gera e aumenta o número de mulheres no trabalho informal.

Ao analisarmos o estudo feito pela OIT em nível global realizado em 2018 nos países mais desenvolvidos como o Leste da Europa e a América do Norte, as taxas desempregos das mulheres relacionadas aos homens são quase as mesmas. Há casos em que até mesmo existem mais homens desempregados que mulheres. Já se falando do Norte da África, por exemplo, o número de mulheres desempregadas e em um nível acentuado de pobreza é duas vezes maior que o de homens (GREENFIELD, 2018; p.02).

Existe uma dimensão de “raça” e classe dentro do mundo do trabalho relacionado às mulheres. Elas compõem o segmento social mais explorado, servem para o capitalismo como mão-de-obra barata no contexto de crise do capital e reestruturação produtiva. Mas é importante destacar que as lutas das feministas e mulheres revolucionárias questionam esse cenário. Ainda assim, há um número bem relevante de mulheres desempregadas ou em situações precárias de trabalho.

Nas últimas décadas, entre as transformações mais significativas ocorridas no país estão a participação definitiva e crescente das mulheres na busca de oportunidades profissionais e a intensificação da discussão sobre a desigualdade racial. O tema instaurou-se na agenda pública, trazendo à tona dados irrefutáveis a respeito da discriminação da população negra no trabalho e do duplo peso dessa discriminação sobre as mulheres negras. Esses dois movimentos relacionados a gênero e raça vêm consolidando no Brasil a aceitação social sobre a necessidade de se incorporar o tema da igualdade às políticas de desenvolvimento e às políticas sociais (ARRUDA, SANCHES, 2010; p. 53).

Segundo o site Agência Brasil (2020), em pesquisa feita pelo porta-voz Nielmar de Oliveira, ao se analisar a pesquisa realizada pelo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2018 é possível concluir que 25,5% das mulheres ganham menos que os homens e que em todos os cargos com mesma função, em que há homens e mulheres, as mulheres ainda ganham menos em termos salariais.

Esses estudos recentes apontam que essa desigualdade ainda persiste na contemporaneidade.

Uma das maiores desigualdades apontadas nessa pesquisa é no ramo da agricultura e varejo, onde as mulheres chegam a ganhar cerca de 34,8% menos que homens. Já as horas trabalhadas entre homens e mulheres não estão em grande índice de desigualdade. Mesmo assim, as mulheres já exercem horas a mais de trabalho, enquanto que no trabalho doméstico as horas trabalhadas por elas triplicam. O trabalho doméstico é usualmente sem remuneração e imposto pela sociedade por meio de um processo de naturalização.

Hoje, as mulheres respondem por 43,8% dos 93 milhões de brasileiros ocupados. Na população acima de 14 anos, por exemplo, a proporção é diferente: 89,4 milhões (52,4%) são mulheres, enquanto 81,1 milhões (47,6%) são homens, constata o estudo (OLIVEIRA, 2018; p.03).

Há um número maior de mulheres desocupadas e desempregadas, pois as oportunidades são desiguais e disseminadas no mercado de trabalho de diferentes formas. As mulheres estão mais propensas a sofrerem essa desigualdade, primeiro apenas pelo fato de serem mulheres, uma vez que a sociedade é marcada por um sistema patriarcal e cultural machista. As mulheres são vistas, em geral, como ideais para o trabalho doméstico e acabam por desacreditar da sua capacidade de realizar outras funções para além do ambiente familiar.

Existem situações em que mulheres com o mesmo nível de formação que os homens são analisadas por empresas e são excluídas só pelo fato de serem mães, pois necessitam de um tempo maior para cuidados da criança e a sua possível ausência na empresa não aumentaria os lucros, mas aumentaria gastos segundo a lógica da sociedade capitalista patriarcal-racista.

Segundo a pesquisa realizada pelo IBGE (2019), as mulheres têm taxas de desocupação e informalidade maiores e rendimentos menores. Com as desigualdades entre os sexos e a discriminação no mercado de trabalho, esses números crescem cada vez mais. Tais indicadores devem ser analisados como síntese de uma formação social brasileira historicamente desigual e que se aprofunda na contemporaneidade de crise capitalista.

Essa pesquisa ainda aponta que a diferença das mulheres no mercado de trabalho é alta. Apenas 52,9% das mulheres estão inseridas no mercado de trabalho, enquanto os homens chegam a representar um total de 72%. A pesquisa

aponta também que além da desigualdade relacionada ao gênero, as mulheres ainda sofrem com a tripla jornada de trabalho. O número de mulheres inseridas nos afazeres domésticos chega a cerca de 92,2%, já os homens a 78,2%.

Com esses dados é visível que as mulheres trabalham mais que os homens. Segundo os dados coletados pela pesquisa, as mulheres trabalham cerca de 21,3 horas por semana, contando com o conjunto de atividades (trabalho formal, trabalho informal e afazeres domésticos). Por sua vez, os homens têm apenas 10,9 horas trabalhadas durante a semana.

Isso mostra o quanto as mulheres trabalham mais que os homens, seja em trabalho formal ou informal. Como mencionado anteriormente, as mulheres em si sofrem uma penalização profissional, principalmente as que já são mães, pois seus currículos são excluídos de forma desigual. Segundo pesquisa realizada pela OIT divulgado pelo G1 em 2018, a probabilidade de uma mulher trabalhar foi 26% inferior que a de um homem, uma melhoria de apenas 1,9% com relação ao ano de 1991.

Outra grande preocupação apontada nessa pesquisa é a desigualdade quando se fala de escolaridade entre homens e mulheres. Hoje as mulheres estão com nível de escolaridade equiparada em relação aos homens, e, na maioria das vezes, até maior que o dos homens, mas mesmo assim as desigualdades em uma seleção de emprego são existentes.

Dados da OIT apontam que a rentabilidade da educação obtida pelas mulheres - em termos de emprego - é menor que para os homens. Em nível mundial, 41,5% das mulheres com título universitário não trabalham, enquanto no caso dos homens é de apenas 17,2%. Esses números são preocupantes quando analisamos a grande luta das mulheres na sociedade pela igualdade relacionada ao gênero.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), dados de 2001 a 2009 analisados por Araújo & Lombardi (2013), no decorrer da década, a maior expansão na ocupação de indivíduos como autônomos ou por conta própria ocorreu justamente entre 2003 e 2004. Essa estatística se refletiu de forma mais acentuada entre as mulheres: houve um acréscimo de 7% entre elas e 3% entre os homens.

Ao final da década foi possível analisar que mesmo com a inserção de homens e mulheres no trabalho formal e informal, o que predominou foi inserção das mulheres no trabalho informal - cerca de 52,1% das mulheres, enquanto os homens foram de 51,3%.

Mesmo as mulheres se destacando no trabalho formal, tendo empregos com boa remuneração, o número é pouco, bem pouco. No período em que esta pesquisa foi aplicada mais mulheres do que homens se colocaram em postos de trabalho mais desprotegidos e vulneráveis.

Com o recorte de “raça”, gênero e classe, analisando, ainda, os estudos da PNAD/IBGE, dados de 2001 a 2009, vimos que há um número maior de homens negros no trabalho informal. Quando se fala das mulheres, além da maior parcela ser de mulheres negras, os seus salários ainda são mais inferiores do que dos homens negros.

No trabalho formal o que prevalece são os homens brancos, cerca de 56,4%, já a predominância no trabalho informal se dá de homens negros que equivale cerca de 55,7%. Como dito anteriormente, o trabalho informal não afeta apenas o presente do trabalhador, mas também no seu futuro, havendo principalmente a não garantia de direitos trabalhistas, o que interfere também em sua aposentadoria e velhice.

Estudos realizados pelo anuário das Mulheres Empreendedoras e Trabalhadoras em Micro e Pequenas Empresas, elaborados pelo Sebrae e Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) com base em dados do IBGE entre 2002 e 2012, destacam que as mulheres negras inseridas no trabalho informal ganham cerca de 57,6% menos que as mulheres não negras.

O preconceito com base no racismo contra o negro tem número alarmantes, ainda mais quando relacionado ao gênero e à mulher. O estudo aponta também que quanto maior a empresa que contrata mulheres e trabalhadores negros, as diferenças de salários são ainda maiores - cerca de 83,2%, com o restante dos funcionários.

Evidenciando ainda mais esses números, uma amostragem por tabelas, segundo dados do IBGE de 2016, conforme pesquisa com temática de indicadores sociais de mulheres, mostra, em vários aspectos da sociedade, como a mulher sofre com a desigualdade. A diferença é ainda maior quando a mulher é negra e não reside nos centros urbanos das cidades.

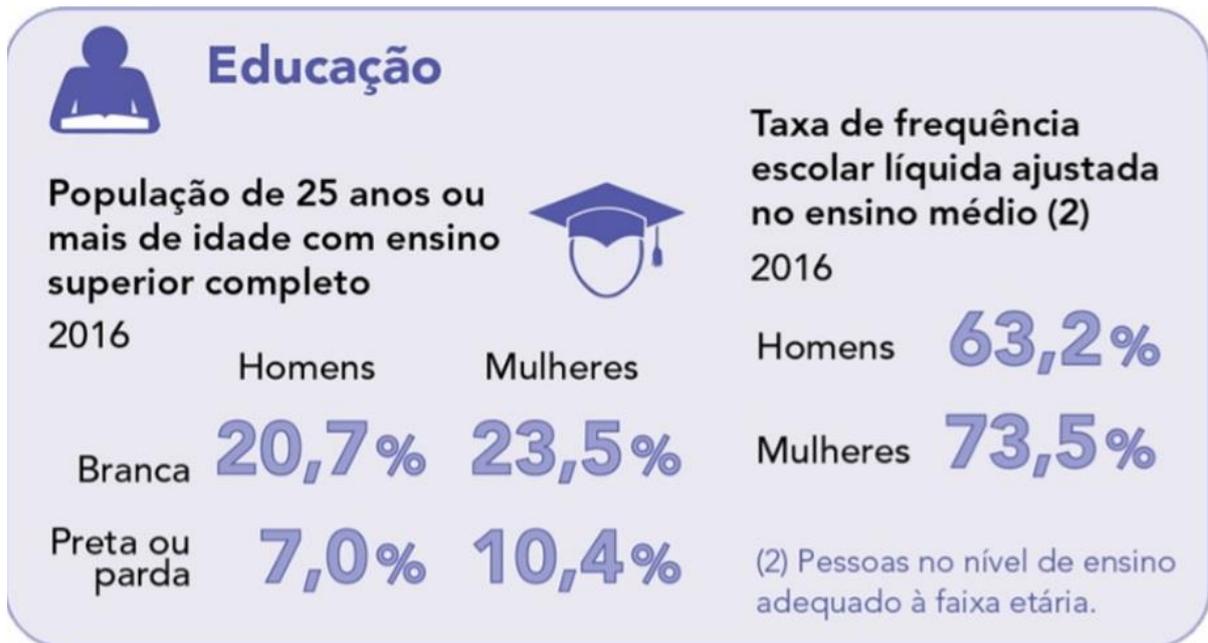
Figura 1 – Estrutura econômica, participação em atividades produtivas e acesso a recursos



Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais (2016)

Os dados expostos apontam que existe uma grande diferença no número de rendimento mensal entre homens e mulheres, porque além do sistema capitalista reproduzir a desigualdade entre os sexos, pagam-se maiores rendimentos aos homens do que as mulheres. Elas ainda sofrem com a obrigação de deixar seus postos de trabalho quando acontece algo relacionado aos cuidados com filhos, e outros entes familiares, por exemplo, fazendo assim com que sua remuneração seja menor que a do homem.

Figura 2 - Educação



Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais. (2016)

Portanto, quando se trata de escolaridade, o cenário altera sua proporção. As mulheres têm um nível de escolaridade mais elevado que os dos homens, porém, nem sempre essa qualificação superior muda o cenário de desigualdades quanto ao rendimento mensal e oportunidades de emprego.

A pesquisa destaca que mesmo com maior escolaridade, isso não reflete no mercado de trabalho. Uma possível explicação seria, mais uma vez, a sua dupla jornada de trabalho, que faz com que as mulheres escolham um emprego mais flexível, para darem conta, também, dos afazeres domésticos que são extremamente pesados quando a mulher é a única que assume essas tarefas no seu lar.

Esses dados mostram também o quão desigual é o acesso a escolaridade para as pessoas pretas ou pardas. Há uma diferença de 13,7% relacionada aos homens e 13,1% relacionada às mulheres. As diferenças de oportunidades entre brancos e pretos é profunda, além de sofrerem com racismo, sexismo e outras formas de opressão.

As mulheres inseridas no trabalho informal sofrem ainda mais com a falta de direitos e subsídios do Estado. Caso algo aconteça nos postos de trabalho, as mesmas estão desprotegidas pela lei, considerando que o trabalhador informal não

tem quaisquer garantias de proteção social, previdenciária e demais direitos trabalhistas.

Com várias pesquisas realizadas e vários dados levantados, tanto a nível internacional, quanto, principalmente, a nível nacional, resta comprovado que as mulheres possuem maiores dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho formal. Quando consideradas com relação aos homens, sofrem preconceitos de gênero, “raça” e classe. A sociedade, por sua vez, tenta, a todo custo, “maquiar” essa realidade com um discurso patriarcal e machista, deixando as mulheres fora das melhorias relacionadas aos direitos sociais e de igualdade entre os sexos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Novas aprendizagens criaram-se a partir desse estudo de aproximação com desigualdades sociais presentes na realidade. Durante o processo da pesquisa surgiram desafios e conseqüentemente a superação dos mesmos, com o objetivo de possibilitar a reflexão crítica e contribuir com o processo de produção de conhecimentos não apenas para o Serviço Social, mas para outras áreas que possuem interesse em analisar as desigualdades, exploração e opressões sociais.

A escolha do tema para esse estudo concretizou-se por meio da disciplina cursada no início da graduação, intitulada “*Trabalho, gênero e Serviço Social*”, cujo objetivo principal é o debate da interface entre gênero, luta das mulheres, trabalho e atuação do profissional de Serviço Social.

O presente trabalho foi baseado primordialmente em pesquisa bibliográfica. Por meio dela, analisou-se todo um apanhado histórico da luta das mulheres, desde as suas primeiras reivindicações até os dias atuais, apontando aspectos importantes que fizeram diferença em sua trajetória de movimentos por igualdade de direitos no mundo do trabalho.

Por ser uma temática pouco explorada nas universidades, houve uma dificuldade relevante em descoberta de materiais. Inicialmente, o objetivo seria realizar uma pesquisa de campo, sendo possível, assim, apreender de forma concreta a realidade das mulheres inseridas no trabalho informal. Todavia, não foi possível, de modo essa tarefa será deixada para pesquisas posteriores.

Destaca-se também a dificuldade na compreensão sobre as perspectivas teórico-políticas sobre gênero. Trata-se de um tema desafiador, porém necessário para fomentar esse debate na formação profissional e na universidade, a fim de que possamos avançar na redução das desigualdades sociais e das opressões de gênero, classe e “raça”.

De acordo com os dados das pesquisas apresentados anteriormente, ressaltamos que as mulheres, no cenário atual do trabalho, sobretudo as que estão inseridas na informalidade, estão submetidas a processos de precarização, exploração, condições e relações de trabalho desiguais como síntese das relações de classe, “raça” e gênero, articulada às marcas históricas da formação social brasileira.

Esses processos aprofundam-se na contemporaneidade, no contexto de crise estrutural do capital e reestruturação produtiva. Entretanto, essas condições de precariedade e exploração são ocultadas por discursos de incentivo ao “empreendedorismo” das mulheres, deixando as mulheres que trabalham na informalidade desprotegidas socialmente e sem garantia dos direitos trabalhistas bem como tendo dupla ou tripla jornadas de trabalho para poder garantir minimamente uma renda para sustentar sua família.

A partir de uma perspectiva crítica, destacamos que para que se possamos avançar nas lutas do movimento feminista, necessita-se articular as diferentes categorias sociais, “raça”, classe e gênero ou sexo, sobretudo quando consideramos a formação social brasileira. Essa formação possui um desenvolvimento capitalista alicerçado sob o patriarcado e racismo, com a permanência de relações típicas do Brasil Colônia na contemporaneidade.

Quando se fala das condições e relações em que as mulheres negras estão inseridas, a realidade é mais assustadora. Segundo as pesquisas e os levantamentos, as mulheres negras ganham menos que as mulheres brancas e os homens negros. São dadas a elas os trabalhos mais precários e mais desvalorizados socialmente.

Apesar de não haver mais a escravidão de forma legal, seus traços históricos ainda permanecem, sobretudo quando analisamos as condições de trabalho das mulheres negras na contemporaneidade, pois o sistema capitalista privilegia ainda os homens brancos. Por isso, precisamos avançar nas lutas contra o preconceito, opressões e as discriminações de classe, “raça” e gênero no mercado de trabalho.

O sistema capitalista mostra que para o negro ser inserido no mercado de trabalho ele precisa ser mais competente que o branco. Quando há chances de oportunidades, sua capacidade e índole é constantemente questionada. Já as mulheres negras sofrem três tipos de discriminação no mundo do trabalho sendo elas ocupacional, salarial e por imagem.

O debate de gênero, “raça” e classe é uma questão urgente para o campo das lutas sociais, assim como no campo da produção do conhecimento no Serviço Social e nas ciências sociais de forma geral, porque ele interfere em todas as esferas da vida social. Contudo, aqui nos limitamos a particularizar esse tema ao

mundo do trabalho na realidade brasileira contemporânea como síntese da formação socioeconômica do país.

Em decorrência das metamorfoses no mundo do trabalho, como o processo da reestruturação produtiva, nas condições contemporâneas trazidas da realidade do Brasil, analisamos com dados numéricos para saber em que patamar está essa desigualdade na esfera do trabalho, quem são as mulheres que estão inseridas em de postos de trabalho informais e indicamos a tendência da perda ou ausência de direitos sociais.

Nesse sentido, é pertinente destacar que o trabalho é o que fundamenta as relações sociais. Entretanto, o mesmo assume características específicas no modo de produção capitalista, fundado na alienação e nos processos de exploração com vistas à acumulação de capital. Esse sistema visa a extração da mais-valia, obtenção de lucro, concentração da propriedade privada, consumismo e exploração. Nesse contexto, a classe trabalhadora é quem mais sofre com essas determinações sociais.

Segundo a lógica capitalista, o que realmente importa são os lucros e a mais-valia acumulada a partir exploração mediada pela compra da mão-de-obra dos trabalhadores. Essa mão de obra está usualmente ligada à superexploração em níveis acentuados e profundas desigualdades sociais na realidade brasileira.

As mulheres não estão inseridas no mercado informal de trabalho por desejo legítimo. De fato, muitas das vezes, isso ocorre porque foi a única alternativa que restou para que as mesmas buscassem subsídios para sustentar as suas famílias. Em decorrência disso, as mulheres acabam submetidas aos processos de precariedade, instabilidade e rotatividade. Na realidade atual, o número de mulheres que são chefes de famílias é maior que dos homens como chefes de família e além da obrigação de sustentar seus filhos, as mesmas têm obrigações com parentes, frequentemente idosos, pois este papel foi construído socialmente.

Outro ponto de extrema importância ressaltar e a reforma da previdência social e a reforma trabalhista, mudanças que aconteceram no momento atual que afetou a população e também diretamente as mulheres e trabalhadores informais.

Com a reforma da previdência, agora as mulheres e os homens se aposentam com aumento de idade e diferença mínima aos dos homens, mulheres com 62 anos e homens com 65 anos, e como já foi mencionado aqui as mulheres

trabalham mais que os homens, pois as mesmas têm de dupla a tripla jornada de trabalho.

Um dos aspectos mais polêmicos da Proposta de Emenda Constitucional no 287 (PEC 287) – a mais ousada tentativa de reformar a previdência pública brasileira até o momento – é a intenção de acabar com o direito que as mulheres têm de aposentar cinco mais cedo do que os homens. Seus defensores argumentam que essa diferença não é mais procedente porque: a participação feminina no mercado de trabalho aumentou; os diferenciais de salário entre os sexos caíram; a maior quantidade de horas de dedicação das mulheres ao trabalho doméstico é compensada por uma dedicação maior dos homens ao trabalho remunerado; houve queda no tempo gasto pelas mulheres com as atividades da casa; e as mulheres contribuem menos para a previdência, apesar de viverem mais. (PELATIERI, GUERRA 2018; p.01)

Essas mudanças nas quais são pautadas em um discurso em que as mulheres estão em igualdade com os homens, quando se fala na esfera do trabalho, porém os dados apontados nesse trabalho mostram o contrário, e com consequência essas mudanças na previdência social, pode aumentar ainda mais o número de mulheres na pobreza durante sua velhice.

Pelo fato de que o trabalho doméstico é dado as mulheres, historicamente raízes advindas do patriarcado, elas trabalham sim mais que os homens, então deveria ser mantido as regras dos cinco anos antes para se aposentar em relação aos homens, mas o novo discurso, que diz até que as novas tecnologias estão ao lados das mulheres, assim colocando elas no mesmo nível e tempo de trabalho domésticos que os homens, em questão e irrelevante, pois nem todas as mulheres tem acesso a essas evolução tecnológicas e nem o mesmo nível financeiro para adquiri-las.

Segundo a PNAD, em 2017 as mulheres correspondiam a 44% da população economicamente ativa, mas sua taxa de participação no mercado de trabalho era significativamente inferior à dos homens: 51,9%, contra 71,6%, respectivamente. E como mostram Mostafa (*et al*, 2017), essa diferença quase não se alterou desde 2005, mesmo diante das quedas verificadas recentes nos níveis de engajamento de ambos os sexos com mercado de trabalho, em função da recessão. Ou seja, a relação entre a participação das mulheres e dos homens brasileiros no mercado de trabalho parece ter atingido um limite. A consequência era a existência de 42 milhões de mulheres em idade ativa que estavam fora do mercado de trabalho, em 2017, contra uma quantidade de homens quase 50% menor 22,8 milhões (PELATIERI, GUERRA, 2018; p.08).

As mulheres infelizmente e o alvo principal do capitalismo, com a desestruturação e exploração da sua mão de obra, permanecendo menos tempo no emprego aumentando o número de transições no mercado de trabalho e, em consequência, o tempo em que não contribuíam para a previdência.

A lógica de desconstruir ou mitigar o sistema de direitos e de proteção social tende a expor o trabalhador a uma condição de maior vulnerabilidade, seja ao submetê-lo a uma dinâmica de intensificação da concorrência do mercado, fazendo-o aceitar ocupações e condições de trabalho mais precárias e até sem direitos, como o caso do trabalho supostamente autônomo; seja ao dificultar o acesso ao sistema de seguridade por meio de uma aposentadoria digna, do atendimento pelo sistema de saúde pública, do acesso aos benefícios em razão de afastamento involuntário do mercado de trabalho ou pelo direito ao seguro desemprego. Some-se a isso a fragilização das instituições públicas responsáveis por garantir a efetividade dos direitos e da proteção social (KREN, OLIVEIRA, 2019; p.127)

Dessa forma, as novas condições da reforma trabalhista, intitulada em 2017 piora ainda mais a situação do trabalhador informal de forma geral, que já era afetado de forma negativa na esfera produtiva do trabalho, e com isso favorece os objetivos da Reforma, que é o de flexibilizar direitos e desregulamentar as relações de trabalho.

Desse modo, cabe se ressaltar que essa pesquisa foi de grande relevância e trouxe um vasto arcabouço teórico para a reflexão diante do contexto da relação gênero e trabalho informal. Deve-se levar em conta, contudo, a necessidade de ampliação, avanço e aprofundamento referente ao tema em estudos posteriores.

A lutas das mulheres muitas das vezes encontra-se enfraquecida. Há na sociedade a ideia equivocada de que as mulheres já estão no mesmo nível de igualdade com relação aos homens. Não obstante, ainda há muito o que se conquistar e sempre haverá novas indagações diante essa temática, que nos leva a refletir qual é o papel da mulher na sociedade.

Sendo assim, considerando que a profissão de Serviço Social, categoria majoritariamente formada por mulheres, possui uma intervenção profissional que atua na eliminação das expressões da questão social e com público-alvo formado por uma maioria de mulheres, o presente trabalho é de elevada importância para a área.

Ademais, a profissão de Serviço Social possui um Código de Ética com um conjunto de princípios e compromisso com a justiça social, a defesa dos direitos

humanos e o combate as discriminações de classe, “raça”/etnia, gênero e orientação sexual. Portanto, o presente trabalho, sem pretensões de esgotar o tema, buscou contribuir com a produção de conhecimentos numa perspectiva crítica alinhada à direção social assumida no projeto ético político da profissão. Assim, estamos contribuindo para a luta diária por uma sociedade justa e igualitária, que só é possível com a eliminação do preconceito, racismo, machismo e do patriarcado que os sustenta.

REFERÊNCIAS

ATIVIDADE produtivas. Disponível em: <<https://profes.com.br/tira-duvidas/economia/o-que-e-a-atividade-produtiva/>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

A FILOSOFIA iluminista. **Blog do Enem**, 2019 Disponível em: <<https://blogdoenem.com.br/filosofia-iluminista-filosofia-enem/>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

AGÊNCIA Brasil, 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ALVES, G. A. P.; ANTUNES, R., **Educação & Sociedade** 2004, “As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.”, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2002.

ANTHONY, P. D. **A ideologia do trabalho**. Londres: Tavistock, 1977.

ANTUNES, R. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Bomtempo, 2006.

ANTUNES, **Ricardo Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 446-462, 2018.

BIROLI, Flavia **Gênero, raça, classe**: Opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades \ MIGUEL Luís Felipe MEDIAÇÕES, LONDRINA, V. 20 N. 2, P. 27-55, JUL./DEZ. 2015 \

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2005.

CISNE, Mirla. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. Biblioteca básica de serviço social. v. 8.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 144p.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução por Heci Regine Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIÁRIO Financeiro Liberalismo Econômico. Disponível em:<dicionariofinanceiro.com/liberalismo>. Acesso em: 29 abr. 2020.

DIÁRIO Financeiro Keynesianismo. Disponível em: <dicionariofinanceiro.com/liberalismo> acesso em: 29 abr. 2020.

DUCATTI, Ivan. **Economia Feudal no Brasil**. Para discutir Nelson Werneck Sodré. 2009.

EDUCA IBGE: Indicadores Sociais das mulheres no Brasil, 2018 Disponível em: <educa.ibge.gov.br> Acesso em: 01 jun. 2020.

FERRARI FILHO, Fernando; SILVA, Gustavo T. **A crise financeira internacional de 2007-8**. E a Grande depressão: uma análise comparativa. Rio Grande do Sul, 2012.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 285.

FERREIRA, Ivone Caetano. **O feminismo brasileiro**: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade. Rio de Janeiro 2017.

FERNANDES, F. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

GAZIER, Bernard. **A Crise de 1929**. L± Pocket, 2009. 128 p. Tradução por Julia da Rosa Simões;

GOMES, Fábio Guedes. **Conflito social e welfarestate**: Estado e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro, p. 201-236, mar/abr de 2006.

GONÇALVEZ, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GREENFIELD, Deborah. **Organização Internacional do Trabalho**. Mulheres ainda são menos propensas a atuar no mercado de trabalho do que os homens na maior parte do mundo. Disponível em :
<https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_619819/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 25 maio 2020.

GURGEL, Telma. **Feminismo e luta de classe**: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo contemporaneidade. Fazendo gênero, 2010.

HIRATA, Helena. **A nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HIRATA, Helena. **Divisão capitalista do trabalho**. Tempo Social. Rer. Social. USP, S. Paul 1(20) : 73-103, 2 sem. 1989.

HOBBSBAWM, Eric J. **A revolução francesa**. Paz e Terra, 2005.

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico**. Tradução por Jaime Larry Benchimol. 20. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 72

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

JORGE, J. **Revista Mundo do Trabalho**. Os trabalhadores e o New Deal., vol. 2, n. 3, p. 317-320, jan-jul de 2010.

JOAQUIM, A. Severino. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2007.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, R. V.; FILGUEIRAS, Vitor Araújo. Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade. **Campinas, Curt Nimuendajú**, 2019.

MACHADO, Edénia Maria. **Questão Social: Objeto do Serviço Social**. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_quest.htm>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MARANHÃO, C. H. **Acumulação, Trabalho e Superpopulação**: crítica ao conceito de Exclusão social. In: MOTA, A. E. (Org.) *O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

MAY, Célio Borba et al. **A industrialização no Brasil**: uma análise histórica e econômica de suas origens. 2009.

MELLO, Leonel Itaussu A.; COSTA, Luís César Amad. **HISTÓRIA: Moderna e Contemporânea**. 5. ed. São Paulo: Editora Scipione, 2006.

MILHASSI, Mariana Vedorato. **Gênero, raça e classe social**: os desafios do feminismo no Brasil e o processo de resistência no enfrentamento da violência contra as mulheres.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MMM. **O que é marcha mundial das mulheres** Disponível em : <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>> Acesso em: 26 de março 2020.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da assistência social**: ensaios sobre o Estado, política e sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOORE, Wilbert E. **O impacto da indústria**. Tradução por Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 98.

MUNDO Educação 2019. Movimento sufragista. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/politica/sufragio-feminino.htm>>. Acesso em: 20 de mar. 2020.

MUNIZ, Carla. Dostoiévski: biografia e resumo das principais obras. **Toda Matéria**, 2019. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/dostoiievski/>>. Acesso em: 25 set. 2019.

NEGRI, Barjas; PACHECO, Carlos Américo. **Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista.** Espaço e Debates. São Paulo: NERU, n.38, p.62-83,1994

NOGUEIRA, Leonardo, BEZERRA, Lucas. **Revista Libertas.** Relações Patriarcais de Gênero e Formação Econômico- Social Brasileira: Pressupostos e Fundamentos. v.18. 2018.

OIT. **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios /** Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2010 ca. 216 p. ISBN: 9789228234763;9789228234770 (pdf) Organização Internacional do Trabalho; Escritório no Brasil igualdade de oportunidades no emprego / igualdade de gênero / mulheres trabalhadoras / raça / Brasil.

ROBSBAWN, Eric J. **A era do capital.** 1848-1875. Tradução por Luciano Costa Neto. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 27.

PELATIERI, Patrícia; GUERRA, Maria de Fátima Lage. **Reforma da previdência social com justiça de gênero** 2018 - Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313 01311-931 | São Paulo | SP | Brasil

PERPETUO, Claudia Lopes. **O conceito de interseccionalidade: contribuições para formação de ensino superior** - Universidade Paranaense – UNIPAR-PR

PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. **42º Encontro Anual da ANPOCS GT8- Democracia e desigualdades.** 2018.

PIMENTEI, Fabricia. **Resenha do livro gênero, patriarcado, violência, de Heleieth Saffioti.** Publicação do programa de Pós-graduação em história. PDG-HIS\UNB n.10. Brasília 2006.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: Taylorismo, fordismo e Toyotismo.** 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PROBST, Elisiana Renata. **A evolução da mulher no mercado de Trabalho.** RH Portal. Disponível em: <<https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/a-evolucao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 12 maio 2020.

RESUMO – **Só História.** Revolução Industrial em *Só História.* Virtuoso Tecnologia da Informação, 2009-2020. Disponível em

<<https://www.sohistoria.com.br/resumos/revolucaoindustrial.php>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

REZENDE, Eloá Araújo. **Gênero e Trabalho informal**: um estudo sobre mulheres trabalhadoras em Palmas do Tocantins. 2014. 68f. Monografia (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2014.

RODRIGUES, Marixa Fabiane. **O que é Feminicídio?** Disponível em: <dossies.agenciapatriciagalvão.org.br/feminicidio/capitulos/o-que-efeminicidio/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

RUAS, Roberto; ANTUNES, Elaine. Gestão do trabalho, qualidade total e comprometimento no cenário da reestruturação. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SEADE. V.11, n.1, p. 42-53, jan./mar.1997.

SANTOS, A. De O. **A nova crise do sindicalismo internacional**. In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Bomtempo, 2006.

SAFFIOTI, H.I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação & Realidade.

TELLES, Vera da S. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Revista USP (37): 34-45 Março/Maio/1998

TODA Matéria. **A mais valia de Karl Max** Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/a-mais-valia-de-karl-marx/>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

TRINDADE, Hiago **No fio da meada: trabalho e precarização na indústria têxtil**. 1. ed. Bauru: Canal 6, 2017.